PANATLÂNTICA S.A.
COMPANHIA ABERTA – Código CVM 94
CNPJ 92.693.019/0001-89
NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6

**** PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2026****

A PANATLÂNTICA S.A., SOCIEDADE POR AÇÕES SEDIADA NA RUA RUDOLFO VONTOBEL, 600, NO DISTRITO INDUSTRIAL DE GRAVATAÍ/RS, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 92.693.019/0001-89, REGISTRADA NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ("CVM") COMO COMPANHIA ABERTA CATEGORIA "A" SOB O CÓDIGO 94, COM SUAS AÇÕES NEGOCIADAS JUNTO À B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO ("B3") SOB OS CÓDIGOS (TICKER) "PATI3" E "PATI4" ("COMPANHIA"), NOS TERMOS DA LEI Nº 6.404/1976 E DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/2022,VEM APRESENTAR AOS SEUS ACIONISTAS A PRESENTE PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO A SER SUBMETIDA À DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026, ÀS 10H, DE FORMA PRESENCIAL ("ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA"), MANTENDO A POLÍTICA DA COMPANHIA REALIZADA AO LONGO DOS ANOS, COM VISTAS A DELIBERAR SOBRE A SEGUINTE ORDEM DO DIA:

1) ANALISAR, DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, PARECER DA AUDITORIA EXTERNA E DEMAIS DOCUMENTOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2025;

2) DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.2025, NO VALOR DE R$ 49.866.409,56 (QUARENTA E NOVE MILHÕES, OITOCENTOS E SESSENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E NOVE REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS), DETALHADA NO ANEXO 1, CONFORME ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM 81/2022 E DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS ESTATUTOS DA EMPRESA, PROPONDO-SE À ASSEMBLEIA GERAL AS SEGUINTES DESTINAÇÕES: I) RESERVA LEGAL (5%) – R$ 2.493.320,48 (DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS); II) RESERVA ESTATUTÁRIA –R$ 35.551.014,09 (TRINTA E CINCO MILHÕES, QUINHENTOS E CINQUENTA E UM MIL, QUATORZE REAIS E NOVE CENTAVOS); III) DISTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA DE DIVIDENDOS – R$ 11.843.272,27 (ONZE MILHÕES, OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS), REPRESENTANDO 25% DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, DISTRIBUÍDOS ENTRE AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS DE FORMA NÃO IGUALITÁRIA, À RAZÃO DE R$ 1,8603928214 POR AÇÃO PREFERENCIAL E R$ 0,4337452113 POR AÇÃO ORDINÁRIA, CONFORME ART. 6º ALÍNEA A DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, SENDO A DISTRIBUIÇÃO PARA AÇÕES PREFERENCIAIS REALIZADA COM BASE NO CRITÉRIO DE 6% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA AÇÃO. EM DECORRÊNCIA DA PROMULGAÇÃO DA LEI 15.270/2025, VALORES PAGOS A PESSOAS FÍSICAS ACIMA DE R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) PODERÃO FICAR SUJEITOS À RETENÇÃO, POR PARTE DA COMPANHIA, DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE;

3) APROVAR A ELEIÇÃO DE 5 (CINCO) CONSELHEIROS PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;

4) ELEGER, PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OBSERVANDO O PRAZO DE 02 ANOS DE MANDATO, OS SEGUINTES MEMBROS: 1) RAUL MASELLI, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO; 2) RINALDI MASELLI; 3) GILDO GARCIA; E 4) LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ; COMO CONSELHEIROS, E 5) ANGÉLICA MARIA DE QUEIROZ, NA CONDIÇÃO DE CONSELHEIRA INDEPENDENTE, OS QUAIS, EM CUMPRIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PREVISTO NA RESOLUÇÃO CVM 80/2022, EM SEU ARTIGO 25, SEGUEM QUALIFICADOS NO ANEXO 2; E

5) FIXAR A REMUNERAÇÃO MENSAL GLOBAL DOS ADMINISTRADORES, PROPONDO-SE À ASSEMBLEIA GERAL O VALOR DE ATÉ R$ 712.500,00 (SETECENTOS E DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS) MENSAIS, PODENDO SER CORRIGIDA PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO DIVULGADO PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (IGPM-FGV), CUJO DETALHAMENTO, EM CUMPRIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, SEGUE ESPECIFICADO NO ANEXO 3.

OBSERVANDO AS NOVAS REGRAS DA CVM, OS CONSELHEIROS INFORMAM QUE NÃO HÁ CONSELHO FISCAL INSTALADO NA COMPANHIA, ASSIM, NOS TERMOS DO ART. 5º, INCISO I-A, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22, BEM COMO DO ART. 4º, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 70/22, O PERCENTUAL MÍNIMO DE PARTICIPAÇÃO PARA PEDIDO DE INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL, PREVISTO NO ART. 161, §2º, DA LEI Nº 6.404/76, É DE 2% (DOIS POR CENTO) DAS AÇÕES ORDINÁRIAS.

A ASSEMBLEIA SERÁ REALIZADA DE FORMA PRESENCIAL, COMO PADRÃO ADOTADO PELA COMPANHIA, COM ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS QUE PERMITEM O VOTO À DISTÂNCIA, POR MEIO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA.

É IGUALMENTE FORNECIDO NO ANEXO O COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, OBSERVANDO O PREVISTO NA RESOLUÇÃO CVM 80/22, COMO ANEXO 4, E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS JÁ PUBLICADAS.

GRAVATAÍ/RS, 27 DE MARÇO DE 2026.

ADMINISTRAÇÃO

PANATLÂNTICA S.A.

Sumário

ANEXO 1 – CÁLCULO E DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO 4

ANEXO 2 – QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 10

ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO 15

ANEXO 4 - COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA 23

ANEXO 5 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS JÁ PUBLICADAS 34

PANATLÂNTICA S.A.

COMPANHIA ABERTA – Código CVM 94

CNPJ 92.693.019/0001-89

NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6

**** PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA****

ANEXO 1 – CÁLCULO E DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

CONFORME ANEXO A – RESOLUÇÃO 81/2022

1. **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: R$** 49.866.409,56

2. **MONTANTE GLOBAL E O VALOR POR AÇÃO DOS DIVIDENDOS, INCLUINDO DIVIDENDOS ANTECIPADOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO JÁ DECLARADOS:**

	31.12.2025
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	*R$ 49.866.409,56*
RESERVA LEGAL (5%)	*R$ 2.493.320,48*
RESERVA ESTATUTÁRIA	*R$ 35.551.014,09*
DIVIDENDOS (25%)	*R$ 11.843.272,27*
POR AÇÃO PREFERENCIAL	*R$ 1,8603928214*
POR AÇÃO ORDINÁRIA	*R$ 0,4337452113*

****NÃO HOUVE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS ANTECIPADOS OU JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.***

3. **PERCENTUAL DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DISTRIBUÍDO:** 25%

4. **MONTANTE GLOBAL E VALOR POR AÇÃO DE DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS COM BASE EM LUCRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:**

   NÃO ESTÁ OCORRENDO A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS COM BASE EM LUCRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5. **INFORMAR, DEDUZIDOS OS DIVIDENDOS ANTECIPADOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO JÁ DECLARADOS:**

A. O VALOR BRUTO DE DIVIDENDO E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO, DE FORMA SEGREGADA, POR AÇÃO DE CADA ESPÉCIE E CLASSE:

POR AÇÃO PREFERENCIAL	*R$ 1,8603928214*
POR AÇÃO ORDINÁRIA	*R$ 0,4337452113*

**** NÃO HOUVE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS ANTECIPADOS OU JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.***

B. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO DOS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

SALVO DELIBERAÇÃO EM CONTRÁRIO DA ASSEMBLEIA-GERAL ESTABELECENDO OUTRA DATA DENTRO DO EXERCÍCIO DE 2026, O DIVIDENDO SERÁ PAGO ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2026, CONFORME AUTORIZA O ART. 205 § 3º DA LEI 6.404/76. O PAGAMENTO SERÁ FEITO MEDIANTE DEPÓSITO NA CONTA CORRENTE INFORMADA PELOS ACIONISTAS AO BANCO ITAÚ S.A., INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA DAS AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA. OS ACIONISTAS QUE DESEJAREM ATUALIZAR SEU CADASTRO JUNTO AO BANCO ITAÚ S.A. PODERÃO FAZÊ-LO ATRAVÉS DAS AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS OU DOS TELEFONES INDICADOS NO SÍTIO WEB HTTPS://WWW.ITAU.COM.BR/INVESTMENTSERVICES. NESTE CASO, OS DIVIDENDOS SERÃO PAGOS A PARTIR DO TERCEIRO DIA ÚTIL CONTADO DA DATA DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL. NÃO SENDO POSSÍVEL A IDENTIFICAÇÃO DA CONTA DO ACIONISTA PARA DEPÓSITO, OS VALORES FICARÃO À DISPOSIÇÃO JUNTO À COMPANHIA DURANTE O PRAZO LEGAL, SEM INCIDÊNCIA DE JUROS/CORREÇÃO.

C. EVENTUAL INCIDÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO E JUROS SOBRE OS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

NÃO HAVERÁ INCIDÊNCIA DE JUROS OU CORREÇÃO MONETÁRIA

D. DATA DA DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DOS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO CONSIDERADA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ACIONISTAS QUE TERÃO DIREITO AO SEU RECEBIMENTO

A DATA-BASE PARA O PAGAMENTO SERÁ A POSIÇÃO ACIONÁRIA DE 28/04/2026.

~~6. CASO TENHA HAVIDO DECLARAÇÃO DE DIVIDENDOS OU JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO COM BASE EM LUCROS APURADOS EM BALANÇOS SEMESTRAIS OU EM PERÍODOS MENORES~~

* NÃO HOUVE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS ANTECIPADOS OU JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

7. FORNECER TABELA COMPARATIVA INDICANDO OS SEGUINTES VALORES POR AÇÃO DE CADA ESPÉCIE E CLASSE:

A. **LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO EXERCÍCIO E DOS 3 (TRÊS) EXERCÍCIOS ANTERIORES**

	2025	2024	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R$ 49.866.409,56	R$ 84.659.053,65	R$ 13.417.745,37	R$ 55.692.835,37
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	R$ 2,08	R$ 3,54	R$ 0,56	R$ 2,33

B. **DIVIDENDO E JURO SOBRE CAPITAL PRÓPRIO DISTRIBUÍDO NOS 3 (TRÊS) EXERCÍCIOS ANTERIORES**

	Dividendos Extraordinários 2025 – RCA 29.10.2025	Ex. 2024 – AGO 2025
DIVIDENDOS	R$ 45.000.000,00	R$ 20.106.525,24
POR AÇÃO PREFERENCIAL	R$ 0,7921453357	R$ 1,9282926301
POR AÇÃO ORDINÁRIA	R$ 1,9290026791	R$ 0,7914352867

	Dividendos Extraordinários 2024 – RCA 16.10.2024	Dividendos Extraordinários 2024 - AGE 05.09.2024
DIVIDENDOS	R$ 32.893.000,00	R$ 120.000.000,00
POR AÇÃO PREFERENCIAL	R$ 1,3765365641	R$ 5,0141296083
POR AÇÃO ORDINÁRIA	R$ 1,3270079512	R$ 5,0141296083

*NÃO HOUVE PAGAMENTO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

	Ex. 2023 – AGO 2024	Ex. 2022 – AGO 2023
DIVIDENDOS (25%)	R$ 3.186.714,53	R$ 13.227.048,40
POR AÇÃO PREFERENCIAL	R$ 2,1073488629	R$ 2,107574115
POR AÇÃO ORDINÁRIA	R$ 0,0447930991	R$ 0,483089976

*NÃO HOUVE PAGAMENTO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

8. HAVENDO DESTINAÇÃO DE LUCROS À RESERVA LEGAL

A. IDENTIFICAR O MONTANTE DESTINADO À RESERVA LEGAL: R$ 2.493.320,48

B. **DETALHAR A FORMA DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL:** 5% DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

9. CASO A COMPANHIA POSSUA AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS

A. **DESCREVER A FORMA DE CÁLCULO DOS DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS:** OS DIVIDENDOS MÍNIMOS ATRIBUÍDOS ÀS AÇÕES PN SÃO CALCULADOS COM BASE NO MAIOR ENTRE OS SEGUINTES VALORES:

- *6% (SEIS POR CENTO) DO VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA AÇÃO, CORRESPONDENTE NESTE EXERCÍCIO A R$* 1.907.434,71 *(RESULTADO DE 6% X R$742.060.124,77 / 23.932.369, OU SEJA, 6% DE PL/Nª TOTAL DE AÇÕES), OU*
- *8% (OITO POR CENTO) DO VALOR DE CAPITAL SOCIAL DA AÇÃO, CORRESPONDENTE NESTE EXERCÍCIO A R$ 1.542.275,07 (RESULTADO DE 8% X R$ 450.000.000,00 / 23.932.369, OU SEJA, 8% DE CAPITAL SOCIAL/Nª TOTAL DE AÇÕES)*

B. **INFORMAR SE O LUCRO DO EXERCÍCIO É SUFICIENTE PARA O PAGAMENTO INTEGRAL DOS DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS**: SIM, POIS O MONTANTE DO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO, NO VALOR DE R$ 11.843.272,27, SUPERA O VALOR TOTAL DOS DIVIDENDOS MÍNIMOS ATRIBUÍDOS ÀS AÇÕES PREFERENCIAIS, QUE CORRESPONDE AO MONTANTE DE R$ 1.907.434,71 (RESULTADO DE R$ 1,8603928214 X 1.025.286, OU SEJA, DIVIDENDO MÍNIMO DAS AÇÕES PN X Nº DE AÇÕES PN).

C. ~~**IDENTIFICAR SE EVENTUAL PARCELA NÃO PAGA É CUMULATIVA:**~~ O DIVIDENDO ESTÁ SENDO PAGO INTEGRALMENTE

D. **IDENTIFICAR O VALOR GLOBAL DOS DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS A SEREM PAGOS A CADA CLASSE DE AÇÕES PREFERENCIAIS**: O VALOR GLOBAL A SER PAGO ÀS AÇÕES PREFERENCIAIS CORRESPONDE AO DIVIDENDO MÍNIMO DE R$ 1.907.434,71 (RESULTADO DE R$ 1,8603928214 X 1.025.286, OU SEJA, DIVIDENDO MÍNIMO DAS AÇÕES PN X Nº DE AÇÕES PN), SENDO QUE AS AÇÕES PN DA CIA. NÃO ESTÃO DIVIDIDAS EM CLASSES DISTINTAS.

E. **IDENTIFICAR OS DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS A SEREM PAGOS POR AÇÃO PREFERENCIAL DE CADA CLASSE:** AS AÇÕES PREFERENCIAIS DA COMPANHIA SÃO DE SOMENTE UMA CLASSE, E O DIVIDENDO MÍNIMO QUE SERÁ PAGO A ESSAS AÇÕES PREFERENCIAIS É DE R$ 1,8603928214 POR AÇÃO, CORRESPONDENTE A 6% (SEIS POR CENTO) DO VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA AÇÃO.

10. EM RELAÇÃO AO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

A. **DESCREVER A FORMA DE CÁLCULO PREVISTA NO ESTATUTO:** O ESTATUTO PREVÊ QUE O DIVIDENDO OBRIGATÓRIO CORRESPONDERÁ A 25% DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (ART. 22, TRANSCRITO NO ITEM 14 A, ABAIXO)

B. **INFORMAR SE ELE ESTÁ SENDO PAGO INTEGRALMENTE:** SIM

C. **INFORMAR O MONTANTE EVENTUALMENTE RETIDO**: NÃO HÁ RETENÇÃO DE DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS.

~~**11.** HAVENDO RETENÇÃO DO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO DEVIDO À SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA~~

**** NÃO HOUVE RETENÇÃO DE DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS.***

~~**12.** HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE CONTINGÊNCIAS~~

**** NÃO HOUVE DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE CONTINGÊNCIAS.***

~~**13.** HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR~~

**** NÃO HOUVE DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR.***

14. HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A. DESCREVER AS CLÁUSULAS ESTATUTÁRIAS QUE ESTABELECEM A RESERVA:

Art. 22 - dos lucros líquidos verificados, depois de feitas a provisões previstas nos artigos 189 e 190 da lei 6.404/76, será destinado da seguinte forma:

A) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até atingir o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social.

B) 25% (vinte e cinco por cento) para ser distribuído aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório;

C) A assembleia geral, nos casos em que for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório a que se refere o parágrafo anterior, poderá atribuir aos membros do conselho de administração e da diretoria uma participação nos lucros da companhia, observados os limites legais, ficando a cargo do conselho de administração o rateio da referida participação entre os membros dos órgãos da administração.

D) quanto ao saldo remanescente, o conselho de administração poderá propor, e a assembleia deliberar, distribuí-lo aos acionistas ou destiná-lo para a constituição de uma reserva para investimentos e capital de giro, que terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro, para amortização de dívidas. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, próprias ou de outras sociedades, ou na incorporação ao capital social.

b. **IDENTIFICAR O MONTANTE DESTINADO À RESERVA:** R$ 35.551.014,09

C. **DESCREVER COMO O MONTANTE FOI CALCULADO**:

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	*R$ 49.866.409,56*
RESERVA LEGAL (5%)	*R$ (2.493.320,48)*
DIVIDENDOS (25%)	*R$ (11.843.272,27)*
AJUSTE IFRS CUSTO ATRIBUÍDO	R$ 21.197,28

RESERVA ESTATUTÁRIA	R$ 35.551.014,09

~~**15.** HAVENDO RETENÇÃO DE LUCROS PREVISTA EM ORÇAMENTO DE CAPITAL~~

**** NÃO HOUVE RETENÇÃO DE LUCROS***

~~**16.** HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA A RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS~~

**** NÃO HOUVE DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA A RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS***

PANATLÂNTICA S.A.

COMPANHIA ABERTA – Código CVM 94

CNPJ 92.693.019/0001-89

NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6

**** PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA****

ANEXO 2 – QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO CVM 81/22, ARTIGO 11

RESOLUÇÃO CVM 80/22, ARTIGO 25, ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, INDICAR, EM FORMA DE TABELA:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
DADOS	PRESIDENTE DO CONSELHO	CONSELHEIRO	CONSELHEIRO
NOME	**RAUL MASELLI**	**RINALDI MASELLI**	**GILDO GARCIA**
DATA DE NASCIMENTO	14/12/1935	03/05/1964	07/11/1957
PROFISSÃO	INDUSTRIAL	ADMINISTRADOR	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
CPF OU NÚMERO DO PASSAPORTE	005.386.208-20	092.586.078-64	293.630.209-91
CARGO ELETIVO OCUPADO	PRESIDENTE DO CONSELHO	CONSELHEIRO	CONSELHEIRO
DATA DE ELEIÇÃO	02/05/2024	02/05/2024	02/05/2024
DATA DA POSSE	02/05/2024	02/05/2024	02/05/2024
PRAZO DO MANDATO	2 ANOS	2 ANOS	2 ANOS
SE FOI ELEITO PELO CONTROLADOR OU NÃO	ELEITO PELO CONTROLADOR	ELEITO PELO CONTROLADOR	ELEITO PELO CONTROLADOR
SE É MEMBRO INDEPENDENTE	NÃO É INDEPENDENTE	NÃO É INDEPENDENTE	NÃO É INDEPENDENTE
DATA DE INÍCIO DO PRIMEIRO DE TAIS MANDATOS	1974 TEM 51 MANDADOS CONSECUTIVOS	02/05/2024 TEM 1 MANDATO	02/05/2024 TEM 1 MANDATO

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS	EX-PRESIDENTE DO INDA – INSTITUTO NACIONAL DOS DISTRIBUIDORES DE AÇO. DEDICA-SE A GERIR OS NEGÓCIOS DA PANATLÂNTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS DESDE 1974.	GRADUAÇÃO EM GESTÃO FINANCEIRA PELA FACULDADE SUMARÉ 21 ANOS NO MERCADO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS 12 ANOS COMO DIRETOR DA AÇOLOG TRANSPORTE E LOGÍSTICA	INGRESSOU NA AÇOLOG EM 2008 E É DIRETOR DESSA SOCIEDADE DESDE 2009.
ANTECEDENTES:	NÃO POSSUI CONDENAÇÕES CRIMINAIS, CONDENAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA CVM, BACEN, SUSEP, NEM CONDENAÇÕES JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVAS QUE O TENHAM SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE QUALQUER ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL.	NÃO POSSUI CONDENAÇÕES CRIMINAIS, CONDENAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA CVM, BACEN, SUSEP, NEM CONDENAÇÕES JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVAS QUE O TENHAM SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE QUALQUER ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL.	NÃO POSSUI CONDENAÇÕES CRIMINAIS, CONDENAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA CVM, BACEN, SUSEP, NEM CONDENAÇÕES JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVAS QUE O TENHAM SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE QUALQUER ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL.
RELAÇÃO DE PARENTESCO	PAI DE RINALDI MASELLI	FILHO DE RAUL MASELLI	NÃO POSSUI
RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO	É ACIONISTA CONTROLADOR INDIRETO DA COMPANHIA	É ACIONISTA CONTROLADOR INDIRETO DA COMPANHIA E DIRETOR DE UMA DAS SOCIEDADES CONTROLADAS DA COMPANHIA	É DIRETOR DE UMA DAS SOCIEDADES CONTROLADAS DA COMPANHIA

PARTICIPAÇÃO DAS REUNIÕES	PARTICIPOU DAS 06 REUNIÕES REALIZADAS EM 2025	PARTICIPOU DAS 06 REUNIÕES REALIZADAS EM 2025	PARTICIPOU DAS 06 REUNIÕES REALIZADAS EM 2025

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (continuação)		
DADOS	CONSELHEIRO	CONSELHEIRA
NOME	**LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ**	**ANGELICA MARIA DE QUEIROZ**
DATA DE NASCIMENTO	03/11/1963	05/04/1957
PROFISSÃO	ENGENHEIRO METALÚRGICO	ECONOMISTA
CPF OU NÚMERO DO PASSAPORTE	055.978.608-52	592.216.667-00
CARGO ELETIVO OCUPADO	CONSELHEIRO	CONSELHEIRA INDEPENDENTE
DATA DE ELEIÇÃO	02/05/2024	02/05/2024
DATA DA POSSE	02/05/2024	02/05/2024
PRAZO DO MANDATO	2 ANOS	2 ANOS
SE FOI ELEITO PELO CONTROLADOR OU NÃO	INDICADO POR ACIONISTA MINORITÁRIA E ELEITO PELO CONTROLADOR CONFORME ACORDO DE ACIONISTAS	NÃO SE APLICA À COMPANHIA
SE É MEMBRO INDEPENDENTE	NÃO É INDEPENDENTE	**É INDEPENDENTE**
DATA DE INÍCIO DO PRIMEIRO DE TAIS MANDATOS	02/05/2024 TEM 1 MANDATO	02/05/2024 TEM 1 MANDATO
PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS	OCUPA O CARGO DE DIRETOR EXECUTIVO DA CSN DESDE 02 DE AGOSTO DE 2011. TRABALHA NA CSN DESDE 2002, TENDO EXERCIDO ANTERIORMENTE A FUNÇÃO DE DIRETOR COMERCIAL. TAMBÉM ATUA COMO MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA	OCUPA O CARGO DE PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DA CSN, PARA O QUAL FOI ELEITA EM MAIO DE 2022. INTEGRA O CONSELHO FISCAL DESDE JUNHO DE 2018, OCUPANDO INICIALMENTE O CARGO DE MEMBRO SUPLENTE E TORNANDO-SE

	MRS LOGÍSTICA S.A. E MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. (CONTROLADA EM CONJUNTO PELA CSN), DIRETOR DA CSN ENERGIA S.A., DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA METALÚRGICA PRADA, DIRETOR COMERCIAL DA CSN CIMENTOS S.A., ATUA NA ADMINISTRAÇÃO DA STAHLWERK THURINGEN GMBH, CSN MINING ASIA LIMITED, CSN ISLANDS VII CORP, CSN ISLANDS XII CORP, CSN STEEL S.L.U., CSN MINING HOLDING S.L.U., CSN STEEL HOLDINGS 1, S.L.U., CSN PRODUCTOS SIDERÚRGICOS, S.L.U., LUSOSIDER - AÇOS PLANOS S.A., LUSOSIDER PROJECTOS SIDERÚRGICOS S.A., LUSOSIDER IBÉRICA S.A. (TODAS SOCIEDADES CONTROLADAS PELA CSN), BEM COMO É MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CAIXA BENEFICENTE DE EMPREGADOS DA CSN	MEMBRO EFETIVO APÓS SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO TITULAR REALIZADA EM FEVEREIRO DE 2022. TAMBÉM ATUA COMO MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-G E MEMBRO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA CSN MINERAÇÃO S.A. É ASSOCIADA E DIRETORA DO CENTRO DE DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS - CDPP. É MEMBRO DO CORPO CONSULTIVO DO IBGT (INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO E TURNAROUND) DESDE 2005, SÓCIA FUNDADORA DA CLEAR HORIZON (2002), CONSULTORA EM ESTRATÉGIA DE EMPRESAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.

ANTECEDENTES:	NÃO POSSUI CONDENAÇÕES CRIMINAIS, CONDENAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA CVM, BACEN, SUSEP, NEM CONDENAÇÕES JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVAS QUE O TENHAM SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE QUALQUER ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL.	NÃO POSSUI CONDENAÇÕES CRIMINAIS, CONDENAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA CVM, BACEN, SUSEP, NEM CONDENAÇÕES JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVAS QUE O TENHAM SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE QUALQUER ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL.
RELAÇÃO DE PARENTESCO	NÃO POSSUI	NÃO POSSUI
RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO	É DIRETOR DA CSN, UMA DAS ACIONISTAS MINORITÁRIAS DA COMPANHIA	NÃO POSSUI
PARTICIPAÇÃO DAS REUNIÕES	PARTICIPOU DAS 06 REUNIÕES REALIZADAS EM 2025	PARTICIPOU DAS 06 REUNIÕES REALIZADAS EM 2025
REQUISITOS DO ARTIGO 7º, ANEXO K	NÃO SE APLICA À COMPANHIA	AUTODECLAROU CUMPRIR COM TODOS OS REQUISITOS CONSTANTES NO ANEXO K DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80 DE 2022. A ADMINISTRAÇÃO VERIFICOU QUE A CANDIDATA ATENDE AO ENQUADRAMENTO EXIGIDO NA LEGISLAÇÃO

PANATLÂNTICA S.A.

COMPANHIA ABERTA – Código CVM 94

CNPJ 92.693.019/0001-89

NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6

****PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA****

ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

RESOLUÇÃO CVM 81/22, ARTIGO 13 E

RESOLUÇÃO CVM 80/22, ARTIGO 25, ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

8.1. POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO:

A. OBJETIVOS DA POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO, INFORMANDO SE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO FOI FORMALMENTE APROVADA, ÓRGÃO RESPONSÁVEL POR SUA APROVAÇÃO, DATA DA APROVAÇÃO E, CASO O EMISSOR DIVULGUE A POLÍTICA, LOCAIS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ONDE O DOCUMENTO PODE SER CONSULTADO

A POLÍTICA DA COMPANHIA OBJETIVA PRIMORDIALMENTE OFERECER AOS SEUS ADMINISTRADORES REMUNERAÇÃO EQUIVALENTE À PRATICADA NO MERCADO REGIONAL, TENDO AINDA EM CONTA SUAS RESPONSABILIDADES, O TEMPO DEDICADO ÀS SUAS FUNÇÕES E SUA COMPETÊNCIA E REPUTAÇÃO PROFISSIONAL. A REMUNERAÇÃO É APROVADA ANUALMENTE EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

B. PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA DEFINIR A REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA, INDICANDO:

I. OS ÓRGÃOS E COMITÊS DO EMISSOR QUE PARTICIPAM DO PROCESSO DECISÓRIO, IDENTIFICANDO DE QUE FORMA PARTICIPAM

A REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA É DELIBERADA PELA ASSEMBLEIA GERAL CONFORME ART. 13, LETRA "F" DO ESTATUTO SOCIAL:

> *"F) FIXAR E DISTRIBUIR, DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS ANUALMENTE PELA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, QUANDO VOTADA EM VERBA GLOBAL, BEM COMO ESTABELECER PLANOS DE BENEFÍCIOS DESTINADOS AOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE CONTRATOS DE ADMINISTRAÇÃO."*

II. CRITÉRIOS E METODOLOGIA UTILIZADA PARA A FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL, INDICANDO SE HÁ A UTILIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA A VERIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE MERCADO, E, EM CASO POSITIVO, OS CRITÉRIOS DE COMPARAÇÃO E A ABRANGÊNCIA DESSES ESTUDOS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

III. COM QUE FREQUÊNCIA E DE QUE FORMA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO AVALIA A ADEQUAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO EMISSOR
ANUALMENTE, ANTES DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

C. COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO, INDICANDO:

I. DESCRIÇÃO DOS DIVERSOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A REMUNERAÇÃO, INCLUINDO, EM RELAÇÃO A CADA UM DELES:

OS DIRETORES ESTATUTÁRIOS DA COMPANHIA RECEBEM: PRÓ-LABORE FIXO, AUTOMÓVEL E TELEFONE CELULAR COM TODAS AS DESPESAS PAGAS. NÃO OCORRE O PAGAMENTO DE PRÓ-LABORE VARIÁVEL E NEM A PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS.

OS INTEGRANTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PERCEBEM REMUNERAÇÃO FIXA, BEM COMO REEMBOLSO DAS DESPESAS DE LOCOMOÇÃO E ESTADIA NECESSÁRIA AO DESEMPENHO DA FUNÇÃO.

- **SEUS OBJETIVOS E ALINHAMENTO AOS INTERESSES DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO DO EMISSOR**

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

- **SUA PROPORÇÃO NA REMUNERAÇÃO TOTAL NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**

EM 2025, A REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA CORRESPONDEU A 30,42% DA REMUNERAÇÃO TOTAL E A REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CORRESPONDEU A 69,58% DA REMUNERAÇÃO TOTAL.

EM 2024, A REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA CORRESPONDEU A 30,42% DA REMUNERAÇÃO TOTAL E A REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CORRESPONDEU A 69,58% DA REMUNERAÇÃO TOTAL.

EM 2023, A REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA CORRESPONDEU A 46,85% DA REMUNERAÇÃO TOTAL E A REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CORRESPONDEU A 53,15% DA REMUNERAÇÃO TOTAL.

- **SUA METODOLOGIA DE CÁLCULO E DE REAJUSTE**

A REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PODE SER REAJUSTADA CONFORME O IGP-M (FGV), A CRITÉRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

- **PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO NELE LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO, INCLUSIVE, SE FOR O CASO, INDICADORES LIGADOS A QUESTÕES ASG**

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

II. RAZÕES QUE JUSTIFICAM A COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

O VALOR DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO É COMPATÍVEL COM O MERCADO E COM AS RESPONSABILIDADES DECORRENTES DOS CARGOS OCUPADOS.

III. A EXISTÊNCIA DE MEMBROS NÃO REMUNERADOS PELO EMISSOR E A RAZÃO PARA ESSE FATO

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

D. EXISTÊNCIA DE REMUNERAÇÃO SUPORTADA POR SUBSIDIÁRIAS, CONTROLADAS OU CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

E. EXISTÊNCIA DE QUALQUER REMUNERAÇÃO OU BENEFÍCIO VINCULADO À OCORRÊNCIA DE DETERMINADO EVENTO SOCIETÁRIO, TAL COMO A

ALIENAÇÃO DO CONTROLE SOCIETÁRIO DO EMISSOR

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.2. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO

A. ÓRGÃO
B. NÚMERO TOTAL DE MEMBROS
C. NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS
D. REMUNERAÇÃO SEGREGADA EM:

i. REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL, SEGREGADA EM:

- **SALÁRIO OU PRÓ-LABORE**
- **BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS**

EXERCÍCIO SOCIAL	TOTAL REM.:
01/01/2026 ATÉ 31/12/2026 (PREVISTA)	R$ 8.550.000,00

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nº DE MEMBROS	5	**TOTAL REM.**	R$ 5.760.000,00
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R$ 5.760.000,00		
BENEF. DTO / INDIRETOS			

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Nº DE MEMBROS	4	**TOTAL REM.**	R$ 2.790.000,00
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R$ 2.790.000,00		
BENEF. DTO / INDIRETOS			

EXERCÍCIO SOCIAL	TOTAL REM.:
01/01/2025 ATÉ 31/12/2025	R$ 7.200.000,00

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nº DE MEMBROS	5	**TOTAL REM.**	R$ 5.010.117,00
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R$ 5.010.117,00		
BENEF. DTO / INDIRETOS			

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Nº DE MEMBROS	2	**TOTAL REM.**	R$ 2.189.883,00

SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R$ 2.189.883.00		
BENEF. DTO / INDIRETOS			

01/01/2024 ATÉ 31/12/2024	**R$ 6.495.656,46**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nº DE MEMBROS	5	**TOTAL REM.**	R$ 4.520.000,00
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R$ 4.520.000,00		
BENEF. DTO / INDIRETOS			

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Nº DE MEMBROS	2*	**TOTAL REM.**	R$ 1.975.656,46
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R$ 1.975.656,46		
BENEF. DTO / INDIRETOS			
** EM 2024 A CIA. COMEÇOU O ANO COM 3 DIRETORES E APÓS 21/06/2024 PASSOU A TER APENAS 2 DIRETORES*			

EXERCÍCIO SOCIAL	**TOTAL REM.:**
01/01/2023 ATÉ 31/12/2023	**R$ 4.400.000,00**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nº DE MEMBROS	3	**TOTAL REM.**	2.360.000,00
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R$ 2.360.000,00		
BENEF. DTO / INDIRETOS			

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Nº DE MEMBROS	3	**TOTAL REM.**	2.080.000,00
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R$ 2.080.000,00		
BENEF. DTO / INDIRETOS			

~~**I) REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL, SEGREGADA EM:**~~

- ~~**REMUNERAÇÃO POR PARTICIPAÇÃO EM COMITES;**~~
- ~~**OUTROS**~~

~~**II) REMUNERAÇÃO VARIÁVEL SEGREGADA EM:**~~

- ~~**BÔNUS;**~~

- ~~**PARTICIPAÇÃO EM RESULTADO;**~~
- ~~**REMUNERAÇÃO POR PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES;**~~
- ~~**COMISSÕES;**~~
- ~~**OUTROS**~~

~~**III) BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**~~

~~**IV) BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO**~~

~~**V) REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUÍNDO OPÇÕES**~~

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.3. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO[1]:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.4.. EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DESCREVER:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.5. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES SOB A FORMA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.6. . EM RELAÇÃO À CADA OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES REALIZADA NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.7. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO :

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.8 . EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.9 . EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, SOB A FORMA DE AÇÕES A SEREM ENTREGUES DIRETAMENTE AOS BENEFICIÁRIOS, RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO :

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.10. EM RELAÇÃO À CADA OUTORGA DE AÇÕES REALIZADA NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.11. EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.12 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 8.5 A 8.11, TAL COMO A EXPLICAÇÃO DO MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES, INDICANDO, NO MÍNIMO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.13. INFORMAR A QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELO EMISSOR, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL

ÓRGÃO (1)	**ON**	**% ON**	**% CS TOTAL**	**PN**	**%PN**	**% CS TOTAL**
CONSELHO DE ADM.	15.482	0,108%	0,104%	685	0,067%	0,0029%
DIRETORIA	0	0,0%	0,00%	0	0,0816%	0,00%

(1) POSIÇÃO EM 03/2026.

8.14. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS:

A) ÓRGÃO	CONSELHO DE ADM.
B) NÚMERO DE MEMBROS	1
C) NOME DO PLANO	BRADESCO MULTIPENSIONS
D) QUANTIDADE DE ADMINISTRADORES QUE REÚNEM AS CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR	UM JÁ APOSENTADO
E) CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR ANTECIPADAMENTE	NÃO HÁ
F) VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES ACUMULADAS ATÉ ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	NÃO DISPONIBILIZADO
G) VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL	SEM CONTRIBUIÇÕES
H) SE HÁ A POSSIBILIDADE DE RESGATE ANTECIPADO E QUAIS AS CONDIÇÕES	NÃO

A) ÓRGÃO	DIRETORIA
B) NÚMERO DE MEMBROS	3
C) NOME DO PLANO	BRADESCO MULTIPENSIONS
D) QUANTIDADE DE ADMINISTRADORES QUE REÚNEM AS CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR	UM
E) CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR ANTECIPADAMENTE	NÃO HÁ
F) VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES ACUMULADAS ATÉ ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	NÃO DISPONIBILIZADO
G) VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL	SEM CONTRIBUIÇÕES
H) SE HÁ A POSSIBILIDADE DE RESGATE ANTECIPADO E QUAIS AS CONDIÇÕES	NÃO

8.15. REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA, MÍNIMA E MÉDIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO SOCIAL				**ORGÃO ADM.**
01/01/2025 ATÉ 31/12/2025				**CONSELHO ADMIN**
Nº DE MEMBROS	5	**VLR MAIOR REM.**	2.368.000,00	

Nº DE MEMBROS REMUNERADOS	3	**VLR MENOR REM.**	240.000,00
-	-	**VLR MÉDIO REM.**	1.304.000,00

01/01/2025 ATÉ 31/12/2025	**DIR. ESTATUTÁRIA**

Nº DE MEMBROS	2	**VLR MAIOR REM.**	960.000,00
Nº DE MEMBROS REMUNERADOS		**VLR MENOR REM.**	768.000,00
-	-	**VLR MÉDIO REM.**	864.000,00

EXERCÍCIO SOCIAL	**ORGÃO ADM.**
01/01/2024 ATÉ 31/12/2024	**CONSELHO ADMIN**

Nº DE MEMBROS	5	**VLR MAIOR REM.**	2.176.000,00
Nº DE MEMBROS REMUNERADOS	3	**VLR MENOR REM.**	240.000,00
-	-	**VLR MÉDIO REM.**	1.228.000,00

01/01/2024 ATÉ 31/12/2024	**DIR. ESTATUTÁRIA**

Nº DE MEMBROS	2*	**VLR MAIOR REM.**	960.000,00
Nº DE MEMBROS REMUNERADOS		**VLR MENOR REM.**	768.000,00
-	-	**VLR MÉDIO REM.**	864.000,00
** EM 2024 A CIA. COMEÇOU O ANO COM 3 DIRETORES E APÓS 21/06/2024 PASSOU A TER APENAS 2 DIRETORES, APÓS A RENÚNCIA.*			

EXERCÍCIO SOCIAL	**ORGÃO ADM.**
01/01/2023 ATÉ 31/12/2023	**CONSELHO ADMIN**

Nº DE MEMBROS	3	**VLR MAIOR REM.**	944.000,00
VLR MENOR REM.	708.000,00	**VLR MÉDIO REM.**	851.000,00

01/01/2023 ATÉ 31/12/2023	**DIR. ESTATUTÁRIA**

Nº DE MEMBROS	3	**VLR MAIOR REM.**	800.000,00
VLR MENOR REM.	560.000,00	**VLR MÉDIO REM.**	680.000,00

8.16 DESCREVER ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS

INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA, INDICANDO QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA O EMISSOR
NÃO HÁ INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA.

8.17. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, INDICAR O PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DO EMISSOR REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO

A) ÓRGÃO	2026
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	80%
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	0%
CONSELHO FISCAL	-

A) ÓRGÃO	2025
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	80%
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	0%
CONSELHO FISCAL	-

A) ÓRGÃO	2024
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	80%
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	0%
CONSELHO FISCAL	-

A) ÓRGÃO	2023
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	100%
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	0%
CONSELHO FISCAL	-

8.18. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EMISSOR COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.19. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.20. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

PANATLÂNTICA S.A.
COMPANHIA ABERTA – Código CVM 94
CNPJ 92.693.019/0001-89
NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6

**** PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA****

ANEXO 4 - COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

RESOLUÇÃO CVM 81/22, ARTIGO 10, INCISO III E
RESOLUÇÃO CVM 80/22, ARTIGO 25, ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

A. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

A DIRETORIA DA COMPANHIA ENTENDE QUE AS SUAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS SÃO ADEQUADAS, PERMITINDO O CUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS, ALÉM DE COLOCÁ-LA EM CONDIÇÕES DE FAZER FRENTE A NOVAS OPORTUNIDADES, NÃO EXISTINDO FATOS PARA ACREDITARMOS QUE TAL SITUAÇÃO SEJA ALTERADA DE FORMA SIGNIFICATIVA EM UM CURTO ESPAÇO DE TEMPO.

B. ESTRUTURA DE CAPITAL

O CAPITAL SOCIAL ESTÁ TOTALMENTE INTEGRALIZADO E COMPOSTO POR 22.907.083 AÇÕES ORDINÁRIAS E 1.025.286 AÇÕES PREFERENCIAIS, NOMINATIVAS, SEM VALOR NOMINAL E PERTENCENTES A RESIDENTES NO PAÍS.

C. CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA É CONFORTÁVEL, APRESENTANDO COMO CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS, UM ÍNDICE DE LIQUIDEZ DE 2,09%, FRUTO DE UM LASTRO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA.

D. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES UTILIZADAS

O CRÉDITO JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA CAPITAL DE GIRO É OBTIDO JUNTO AOS BANCOS COMERCIAIS; E PARA O FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, É OBTIDO O CRÉDITO JUNTO AOS BANCOS DE FOMENTO.

E. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES QUE PRETENDE UTILIZAR PARA COBERTURA DE DEFICIÊNCIAS DE LIQUIDEZ

A COMPANHIA NÃO PRETENDE USAR FINANCIAMENTO PARA ESTAS HIPÓTESES, MAS RESSALTA QUE O CRÉDITO JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA CAPITAL DE GIRO É OBTIDO JUNTO AOS BANCOS COMERCIAIS; E PARA O FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, É OBTIDO O CRÉDITO JUNTO AOS BANCOS DE FOMENTO.

F. NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO E AS CARACTERÍSTICAS DE TAIS DÍVIDAS, DESCREVENDO AINDA:

I. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO RELEVANTES

AS OPERAÇÕES DE CURTO PRAZO SÃO ATUALIZADAS COM TAXAS QUE VARIAM ENTRE 0,20% A 0,38% AO MÊS. DOS SALDOS DA CONTROLADORA E DAS CONTROLADAS, A TOTALIDADE REFERE-SE À CAPTAÇÃO COM MOEDA NACIONAL. ABAIXO SEGUE O DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS RELEVANTES DA CONTROLADA E DA CONTROLADORA:

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Apresentamos a seguir as operações contratadas junto às Instituições Financeiras.

		CONSOLIDADO	
Encargos	**Vencimento**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2025	-	63.950
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2026	135.166	115.480
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2027	73.204	81.273
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	De 2028 a 2030	110.134	222.285
	SOMA	**318.504**	**482.988**
	Circulante	**135.166**	**179.430**
	Não Circulante	**183.338**	**303.558**

		CONTROLADORA	
Encargos	**Vencimento**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2025	-	44.320
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2026	116.724	90.941
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2027	65.492	71.269
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	De 2028 a 2030	102.208	198.341
	SOMA	**284.424**	**404.871**
	Circulante	**116.724**	**135.261**
	Não Circulante	**167.700**	**269.610**

	Movimentação dos Empréstimos/Financiamentos - CONSOLIDADO	
Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo Inicial	482.988	406.192
Captação	67.883	255.533
Amortização Principal	(291.980)	(229.063)
Provisão de Juros	59.613	50.326
Saldo Final	**318.504**	**482.988**

	Movimentação dos Empréstimos/Financiamentos - CONTROLADORA	
Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo Inicial	404.871	283.840
Captação	63.428	234.664
Amortização Principal	(238.634)	(158.854)
Provisão de Juros	54.759	45.222
Saldo Final	**284.424**	**404.871**

As operações de longo prazo são destinadas para aquisição de bens e equipamentos industriais, incorporados ao ativo imobilizado, cujas garantias reais são as próprias aquisições, mais duplicatas mercantis. A companhia assumiu obrigações contratuais de financiamentos que preveem a manutenção de determinados índices, sob pena de vencimento antecipado, conforme apresentado abaixo:

i) Dívida financeira líquida / Ebitda inferior a 2,0;

ii) Índice de liquidez corrente maior do que 1,5;

iii) Disponibilidades superiores à dívida de curto prazo;

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com as obrigações.

II. OUTRAS RELAÇÕES DE LONGO PRAZO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

AS OPERAÇÕES DE LONGO PRAZO SÃO DESTINADAS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, INCORPORADOS AO ATIVO IMOBILIZADO, CUJAS GARANTIAS REAIS SÃO AS PRÓPRIAS AQUISIÇÕES, MAIS DUPLICATAS MERCANTIS.

III. GRAU DE SUBORDINAÇÃO ENTRE AS DÍVIDAS

NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025, AS DÍVIDAS DA COMPANHIA TINHAM DIREITOS IGUAIS DE PAGAMENTOS, NÃO HAVENDO SUBORDINAÇÃO ENTRE ELAS. EXCEÇÃO FEITA A DÍVIDAS QUE SÃO GARANTIDAS COM GARANTIA DE RECEBÍVEIS, QUE CONTAM COM AS PREFERÊNCIAS E PRERROGATIVAS PREVISTAS EM LEI.

IV. EVENTUAIS RESTRIÇÕES IMPOSTAS AO EMISSOR, EM ESPECIAL, EM RELAÇÃO A LIMITES DE ENDIVIDAMENTO E CONTRATAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS, À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, À ALIENAÇÃO DE ATIVOS, À EMISSÃO DE NOVOS VALORES MOBILIÁRIOS E À ALIENAÇÃO DE CONTROLE SOCIETÁRIO, BEM COMO SE O EMISSOR VEM CUMPRINDO ESSAS RESTRIÇÕES

AS RESTRIÇÕES IMPOSTAS AO EMISSOR RELACIONADAS A ENDIVIDAMENTO, CONTRATAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS, DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, ALIENAÇÃO DE ATIVOS, EMISSÃO DE NOVOS VALORES MOBILIÁRIOS E ALIENAÇÃO DE CONTROLE SOCIETÁRIO VÊM SENDO DEVIDAMENTE CUMPRIDAS POR PARTE DO EMISSOR.

G. LIMITES DOS FINANCIAMENTOS CONTRATADOS E PERCENTUAIS JÁ UTILIZADOS

A COMPANHIA NÃO POSSUI LIMITES DE UTILIZAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS JÁ CONTRATADOS.

H. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS EM CADA ITEM DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FORAM PREPARADAS CONFORME AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL, INCLUINDO OS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC) E AS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS(IFRS), EMITIDAS PELO INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARTS BOARD (IASB), E EVIDENCIAM TODAS AS INFORMAÇÕES RELEVANTES PRÓPRIAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, E SOMENTE ELAS, AS QUAIS ESTÃO CONSISTENTES COM AS UTILIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO NA SUA GESTÃO.

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Apresentamos a seguir as operações contratadas junto às Instituições Financeiras.

		CONSOLIDADO	
Encargos	**Vencimento**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2025	-	63.950
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2026	135.166	115.480
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2027	73.204	81.273
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	De 2028 a 2030	110.134	222.285
	SOMA	**318.504**	**482.988**
	Circulante	**135.166**	**179.430**
	Não Circulante	**183.338**	**303.558**

		CONTROLADORA	
Encargos	**Vencimento**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2025	-	44.320
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2026	116.724	90.941
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2027	65.492	71.269
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	De 2028 a 2030	102.208	198.341
	SOMA	**284.424**	**404.871**
	Circulante	**116.724**	**135.261**
	Não Circulante	**167.700**	**269.610**

	Movimentação dos Empréstimos/Financiamentos - CONSOLIDADO	
Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo Inicial	482.988	406.192
Captação	67.883	255.533
Amortização Principal	(291.980)	(229.063)
Provisão de Juros	59.613	50.326
Saldo Final	**318.504**	**482.988**

	Movimentação dos Empréstimos/Financiamentos - CONTROLADORA	
Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo Inicial	404.871	283.840
Captação	63.428	234.664
Amortização Principal	(238.634)	(158.854)
Provisão de Juros	54.759	45.222
Saldo Final	**284.424**	**404.871**

As operações de longo prazo são destinadas para aquisição de bens e equipamentos industriais, incorporados ao ativo imobilizado, cujas garantias reais são as próprias aquisições, mais duplicatas mercantis. A companhia assumiu obrigações contratuais de financiamentos que preveem a manutenção de determinados índices, sob pena de vencimento antecipado, conforme apresentado abaixo:

i) Dívida financeira líquida / Ebitda inferior a 2,0;

ii) Índice de liquidez corrente maior do que 1,5;

iii) Disponibilidades superiores à dívida de curto prazo;

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com as obrigações.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A RECEITA OPERACIONAL BRUTA CONSOLIDADA EM 2025 ALCANÇOU O VALOR DE R$ 2.531,40 MILHÕES, REGISTRANDO UM DECRÉSCIMO DE 8,67%, EM RELAÇÃO A 2024.

A RECEITA OPERACIONAL BRUTA CONSOLIDADA EM 2024 ALCANÇOU O VALOR DE R$ 2.771,80 MILHÕES, REGISTRANDO UM AUMENTO DE 12,34%, EM RELAÇÃO A 2023.

A RECEITA OPERACIONAL BRUTA CONSOLIDADA EM 2023 ALCANÇOU O VALOR DE R$ 2.467,05 MILHÕES, REGISTRANDO UM REDUÇÃO DE 19,54% EM RELAÇÃO A 2022.

DEDUÇÕES DA RECEITA

IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS.

OS TRIBUTOS, CONTRIBUIÇÕES E DEVOLUÇÕES DE MERCADORIAS, DEDUZIDOS DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA PERMANECERAM ESTÁVEIS EM RELAÇÃO A RECEITA BRUTA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS. OS IMPOSTOS INCIDENTES NAS VENDAS SÃO O IPI, ICMS, PIS E A COFINS SOBRE OS PRODUTOS/MERCADORIAS VENDIDAS.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

O CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS EM 2025, NO VALOR DE R$ 1.717,28 MILHÕES, REPRESENTOU 67,84% DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA.

O CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS EM 2024, NO VALOR DE R$ 1.848,64 MILHÕES,

REPRESENTOU 67% DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA.

O CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS EM 2023, NO VALOR DE R$ 1.699,55 MILHÕES, REPRESENTOU 90,44% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.

DESPESAS OPERACIONAIS

AS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS, COMPREENDENDO: AS DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS – REPRESENTARAM 6,54% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA EM 2025, COM UM ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO A 2024, QUANDO REPRESENTARAM 6,28 %.

2.2. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DO EMISSOR, EM ESPECIAL:

I. DESCRIÇÃO DE QUAISQUER COMPONENTES IMPORTANTES DA RECEITA

A RECEITA OPERACIONAL BRUTA EM 2025, TEVE UM DECRÉSCIMO DE 8,67%, EM RELAÇÃO À RECEITA OPERACIONAL DE 2024, DECORRENTE DA DIMINUIÇÃO DO VOLUME DE VENDAS.

A RECEITA OPERACIONAL BRUTA EM 2024, TEVE UM ACRÉSCIMO DE 12,35%, EM RELAÇÃO À RECEITA OPERACIONAL DE 2023, DECORRENTE DO AUMENTO DO VOLUME DE VENDAS.

II. FATORES QUE AFETARAM MATERIALMENTE OS RESULTADOS OPERACIONAIS

O RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2025 CORRESPONDENTE A R$ 49.866.409,00 CONTRA UM RESULTADO DE R$ 84.659.054 DO ANO DE 2024, FOI IMPACTADO PELA QUEDA DA PRÓPRIA ATIVIDADE ECONÔMICA DO SETOR EM QUE SE ENCONTRA A COMPANHIA, ESPECIALMENTE NO SEGUNDO SEMESTRE DO ANO DE 2025.

B. VARIAÇÕES DAS RECEITAS ATRIBUÍVEIS A MODIFICAÇÕES DE PREÇOS, TAXAS DE CÂMBIO, INFLAÇÃO, ALTERAÇÕES DE VOLUMES E INTRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS

AS RECEITAS DAS VENDAS LÍQUIDAS DE PRODUTOS REDUZIRAM EM 2025, NO PERCENTUAL DE 8,58% EM RELAÇÃO AO ANO DE 2024.

AS RECEITAS DAS VENDAS LÍQUIDAS DE PRODUTOS AUMENTARAM EM 2024, NO PERCENTUAL DE 8% EM RELAÇÃO AO ANO DE 2023.

C. IMPACTO DA INFLAÇÃO, DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DOS PRINCIPAIS INSUMOS E PRODUTOS, DO CÂMBIO E DA TAXA DE JUROS NO RESULTADO OPERACIONAL E NO RESULTADO FINANCEIRO DO EMISSOR, QUANDO RELEVANTE.

A INFLAÇÃO NÃO IMPACTOU O VALOR DOS INSUMOS, NÃO HAVENDO GRANDE VARIAÇÃO NOS PREÇOS.

2.3. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

B. EFEITOS SIGNIFICATIVOS DAS ALTERAÇÕES EM PRÁTICAS CONTÁBEIS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

C. RESSALVAS E ÊNFASES PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR

NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

2.4. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

A. INTRODUÇÃO OU ALIENAÇÃO DE SEGMENTO OPERACIONAL

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

B. CONSTITUIÇÃO, AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

C. EVENTOS OU OPERAÇÕES NÃO USUAIS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

2.5. CASO O EMISSOR TENHA DIVULGADO, NO DECORRER DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, OU DESEJE DIVULGAR NESTE FORMULÁRIO MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS, COMO LAJIDA (LUCRO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO) OU LAJIR (LUCRO ANTES DE JUROS E IMPOSTO DE RENDA), O EMISSOR DEVE:

A) INFORMAR O VALOR DAS MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

B) FAZER AS CONCILIAÇÕES ENTRE OS VALORES DIVULGADOS E OS VALORES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

C) **EXPLICAR O MOTIVO PELO QUAL ENTENDE QUE TAL MEDIÇÃO É MAIS APROPRIADA PARA A CORRETA COMPREENSÃO DA SUA CONDIÇÃO FINANCEIRA E DO RESULTADO DE SUAS OPERAÇÕES**

NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

2.6. IDENTIFICAR E COMENTAR QUALQUER EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE

NÃO HOUVE EVENTO DESSA MAGNITUDE.

2.7. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS SOCIAIS, INDICANDO:

A. REGRAS SOBRE RETENÇÃO DE LUCROS

A RETENÇÃO DE LUCROS PROPOSTA OBSERVA O PREVISTO NO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA:

Art. 22 - dos lucros líquidos verificados, depois de feitas a provisões previstas nos artigos 189 e 190 da lei 6.404/76, será destinado da seguinte forma:

A) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até atingir o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social.

B) 25% (vinte e cinco por cento) para ser distribuído aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório;

C) A assembleia geral, nos casos em que for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório a que se refere o parágrafo anterior, poderá atribuir aos membros do conselho de administração e da diretoria uma participação nos lucros da companhia, observados os limites legais, ficando a cargo do conselho de administração o rateio da referida participação entre os membros dos órgãos da administração.

D) quanto ao saldo remanescente, o conselho de administração poderá propor, e a assembleia deliberar, distribuí-lo aos acionistas ou destiná-lo para a constituição de uma reserva para investimentos e capital de giro, que terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro, para amortização de dívidas. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, próprias ou de outras sociedades, ou na incorporação ao capital social.

B. REGRAS SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

OS DIVIDENDOS SÃO DISTRIBUÍDOS CONFORME A REGRA PREVISTA EM SEU ESTATUTO SOCIAL, EM SEU ARTIGO 22. O LUCRO VERIFICADO NO ANO DE 2025 SERÁ DESTINADO À CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL NO PERCENTUAL DE 5% E À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS NO PERCENTUAL DE 25%. O VALOR REMANESCENTE SERÁ DESTINADO À RESERVA ESTATUTÁRIA.

C. PERIODICIDADE DAS DISTRIBUIÇÕES DE DIVIDENDOS

HABITUALMENTE, OS DIVIDENDOS SÃO DISTRIBUÍDOS ANUALMENTE E SÃO PAGOS UMA VEZ AO ANO.

EM 2025 FOI REALIZADA UMA DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DIVIDENDOS COM BASE EM RESERVAS DE LUCROS DE EXERCÍCIO ANTERIORES.

EM 2024 FORAM REALIZADAS DUAS DISTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE DIVIDENDOS COM BASE EM RESERVAS DE LUCROS DE EXERCÍCIO ANTERIORES.

NOS ANOS ANTERIORES FOI REALIZADA APENAS UMA DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA DE DIVIDENDOS, COM PAGAMENTO UMA VEZ AO ANO.

D. EVENTUAIS RESTRIÇÕES À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS IMPOSTAS POR LEGISLAÇÃO OU REGULAMENTAÇÃO ESPECIAL APLICÁVEL AO EMISSOR, ASSIM COMO CONTRATOS, DECISÕES JUDICIAIS, ADMINISTRATIVAS OU ARBITRAIS

NÃO APLICÁVEL

E. SE O EMISSOR POSSUI UMA POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE RESULTADOS FORMALMENTE APROVADA, INFORMAR ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO, DATA DA APROVAÇÃO E, CASO O EMISSOR DIVULGUE A POLÍTICA, LOCAIS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ONDE O DOCUMENTO PODE SER CONSULTADO

NÃO APLICÁVEL

2.8. OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

A. OS ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PELO EMISSOR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUE NÃO APARECEM NO SEU BALANÇO PATRIMONIAL (OFF-BALANCE SHEET ITEMS), TAIS COMO:

I. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS, ATIVOS E PASSIVOS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

II. CARTEIRAS DE RECEBÍVEIS BAIXADAS SOBRE AS QUAIS A ENTIDADE MANTENHA RISCOS E RESPONSABILIDADES, INDICANDO RESPECTIVOS PASSIVOS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

III. CONTRATOS DE FUTURA COMPRA E VENDA DE PRODUTOS OU SERVIÇOS

IV CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO NÃO TERMINADA
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

V CONTRATOS DE RECEBIMENTOS FUTUROS DE FINANCIAMENTOS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

B. OUTROS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

2.9. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

A. COMO TAIS ITENS ALTERAM OU PODERÃO VIR A ALTERAR AS RECEITAS, AS DESPESAS, O RESULTADO OPERACIONAL, AS DESPESAS FINANCEIRAS OU OUTROS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

B. NATUREZA E O PROPÓSITO DA OPERAÇÃO
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

C. NATUREZA E MONTANTE DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS E DOS DIREITOS GERADOS EM FAVOR DO EMISSOR EM DECORRÊNCIA DA OPERAÇÃO
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

2.10. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTES TÓPICOS:

A. INVESTIMENTOS, INCLUINDO:

I. DESCRIÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS INVESTIMENTOS EM ANDAMENTO E DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS

A COMPANHIA NÃO ELABORA PREVIAMENTE UM ORÇAMENTO PARA SEUS INVESTIMENTOS QUE ENTENDE SEREM NECESSÁRIOS; MAS, ADOTA A POLÍTICA DE USAR O MENOS POSSÍVEL AS FONTES DE RECURSOS EXTERNOS, DEIXANDO ESTA OPÇÃO, PREFERENCIALMENTE PARA QUANDO DA COMPRA DE MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DO USO DE FINAME, LINHAS DE FINANCIAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS NOVOS OU AQUISIÇÃO DE EMPRESAS.

EM 2025, OS INVESTIMENTOS COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, TERRENOS, PRÉDIOS, BENFEITORIAS E INSTALAÇÕES, COMPUTADORES/PERIFÉRICOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS E VEÍCULOS E IMOBILIZADO EM ANDAMENTO TOTALIZARAM O MONTANTE DE R$ 37.116,00.

II. FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

A COMPANHIA UTILIZA-SE DE CAPITAL PRÓPRIO E SE FOR NECESSÁRIO, IRÁ OBTER CRÉDITO JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA CAPITAL DE GIRO JUNTO AOS BANCOS COMERCIAIS, E PARA O FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, É OBTIDO O CRÉDITO JUNTO AOS BANCOS DE FOMENTO.

III. DESINVESTIMENTOS RELEVANTES EM ANDAMENTO E DESINVESTIMENTOS PREVISTOS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

B. DESDE QUE JÁ DIVULGADA, INDICAR A AQUISIÇÃO DE PLANTAS, EQUIPAMENTOS, PATENTES OU OUTROS ATIVOS QUE DEVAM INFLUENCIAR MATERIALMENTE A CAPACIDADE PRODUTIVA DO EMISSOR

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

C. NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS, INDICANDO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

I. DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS EM ANDAMENTO JÁ DIVULGADAS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

II. MONTANTES TOTAIS GASTOS PELO EMISSOR EM PESQUISAS PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS OU SERVIÇOS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

III. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO JÁ DIVULGADOS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

IV. MONTANTES TOTAIS GASTOS PELO EMISSOR NO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS OU SERVIÇOS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

2.11. COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO

OS ATIVOS OPERACIONAIS DA COMPANHIA SÃO TODOS DE SUA PROPRIEDADE, LIVRES DE ÔNUS E ENCONTRAM-SE EM CONDIÇÕES NORMAIS DE OPERAÇÃO NA ATIVIDADE INDUSTRIAL. NÃO HÁ ATIVOS OBSOLETOS, QUE AFETEM OU POSSAM VIR A AFETAR A CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE

BENS. A EMPRESA ADOTA A POLÍTICA DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E A PERMANENTE MELHORIA TECNOLÓGICA DO SEU PARQUE INDUSTRIAL, VISANDO AO AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E O MELHOR ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DE SEUS CLIENTES.

ANEXO 5 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS JÁ PUBLICADAS

PANATLÂNTICA

COMPANHIA ABERTA - C.N.P.J. 92.693.019/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

A. É com elevada consideração que comunicamos aos Senhores Acionistas que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Panatlântica S.A. reafirmou a solidez de sua trajetória industrial, mantendo a continuidade e a consistência de suas operações mesmo em ambiente econômico desafiador para o setor siderúrgico nacional.

B. A Companhia permaneceu atuando no atendimento às indústrias metalmecânicas, realizando o processamento e o fornecimento de aços planos, bem como a prestação de serviços relacionados a produtos siderúrgicos, mantendo relacionamento comercial com clientes em diversas regiões do Brasil.

C. O exercício de 2025 foi conduzido com disciplina operacional e prudência financeira, em contexto de volatilidade nos preços do aço, alto volume de importação, oscilações cambiais e condições de crédito restritivas, fatores que influenciaram o comportamento da demanda industrial ao longo do período.

D. Os créditos tributários federais decorrentes de decisões judiciais favoráveis foram regularmente compensados ao longo do exercício, em conformidade com a legislação aplicável, contribuindo para o desempenho financeiro e para o fortalecimento da estrutura patrimonial da Companhia.

E. A Administração deu continuidade ao programa permanente de modernização do parque fabril, promovendo investimentos seletivos em unidades operacionais estratégicas do grupo, com foco na atualização tecnológica, no aumento da eficiência industrial e no fortalecimento dos controles operacionais. Tais iniciativas abrangeram Centros de Serviços e operações logísticas, de acordo com o planejamento corporativo e as prioridades definidas para o exercício.

F. A Companhia atravessou os exercícios anteriores mantendo níveis operacionais consistentes, preservando sua capacidade produtiva e sua estrutura organizacional, fundamentos que sustentam sua continuidade empresarial.

G. Para o exercício de 2026, as perspectivas permanecem condicionadas à evolução do ambiente macroeconômico, às medidas voltadas ao equilíbrio do setor siderúrgico nacional e ao comportamento da atividade industrial. A Administração ingressa no novo exercício com postura responsável e confiante, mantendo foco na eficiência operacional, na competitividade e na preservação da solidez financeira que historicamente caracterizam a Companhia.

H. Permanecemos comprometidos com o aprimoramento contínuo da governança corporativa e com o fortalecimento das práticas ambientais e sociais, em consonância com a certificação ESG obtida em 2025, reafirmando nosso compromisso com a sustentabilidade e com todas as partes interessadas.

I. Reiteramos a política de valorização e manutenção do quadro diretivo e operacional das empresas do grupo, reconhecendo no capital humano um dos pilares essenciais da estabilidade e do desenvolvimento sustentável da Companhia.

J. Registramos nossos agradecimentos à CSN, importante fornecedora de aços planos, às instituições financeiras parceiras, aos colaboradores e ao fiel quadro de clientes industriais e de serviços, cuja confiança contribui para a continuidade de nossas atividades.

K. Como expressão de nossa filosofia administrativa tradicional, parcela relevante das reservas de lucros acumulados permanece retida na Companhia, fortalecendo sua base patrimonial e assegurando estabilidade, responsabilidade e visão de longo prazo aos seus acionistas.

L. A Companhia declara não manter contratos com seus auditores independentes ou partes relacionadas que não estejam vinculados exclusivamente à prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM (em reais mil)

ATIVO

	NOTAS	CONSOLIDADO 31/12/2025	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONTROLADORA 31/12/2025	CONTROLADORA 31/12/2024
CIRCULANTE		**981.170**	**1.204.075**	**360.314**	**427.568**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	21.699	25.070	2.033	6.953
Aplicações de Liquidez Imediata	5	328.026	435.217	126.552	144.881
Clientes	6	224.310	282.204	64.718	99.756
Adiantamentos a Fornecedores		8.557	13.217	96	281
Estoques	7	284.783	294.669	103.070	102.567
Impostos a Recuperar	8	110.700	151.050	63.663	73.006
Outras Contas a Receber		3.095	2.648	182	124
NÃO-CIRCULANTE		**434.924**	**413.353**	**823.178**	**926.526**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**68.768**	**65.554**	**63.345**	**60.419**
Depósitos Judiciais		6.943	8.223	4.673	5.905
Outros Créditos		4.534	359	4.409	278
Impostos a Recuperar	8	57.291	56.972	54.263	54.236
INVESTIMENTOS	10	**6.752**	**6.752**	**689.605**	**762.137**
IMOBILIZADO	11	**354.680**	**336.335**	**68.300**	**102.244**
INTANGIVEL	4.10	**4.724**	**4.712**	**1.928**	**1.726**
TOTAL DO ATIVO		**1.416.094**	**1.617.428**	**1.183.492**	**1.354.095**

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO

	NOTAS	CONSOLIDADO 31/12/2025	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONTROLADORA 31/12/2025	CONTROLADORA 31/12/2024
CIRCULANTE		**470.832**	**548.199**	**260.419**	**327.086**
Fornecedores	12	297.438	307.273	125.225	128.081
Empréstimos e Financiamentos	13	135.167	179.430	116.724	135.261
Salários e Contribuições		4.709	4.681	1.276	1.261
Impostos a Recolher	14	9.673	13.094	860	616
Outras Contas a Pagar		5.758	17.000	1.846	38.962
Dividendos a Pagar		13.081	21.529	13.081	21.529
Férias e Encargos a Pagar		5.007	5.192	1.407	1.376
NÃO-CIRCULANTE		**203.202**	**320.193**	**181.013**	**277.972**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**203.202**	**320.193**	**181.013**	**277.972**
Empréstimos e Financiamentos	13	183.338	303.558	167.700	269.610
Tributos a Recolher/Diferidos	14	12.074	12.621	5.909	6.384
Provisões p/Contingências		2.722	2.182	2.352	288
Outras Contas a Pagar		5.069	142	5.052	-
Partes Relacionadas	9	-	1.690	-	1.690
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**742.060**	**749.036**	**742.060**	**749.036**
Capital Social	15	450.000	450.000	450.000	450.000
Reservas de Capital		103	103	103	103
Reservas de Lucros		282.693	289.648	282.693	289.648
Res. Reav./Ajustes Aval.Patrim.	14.c	9.264	9.285	9.264	9.285
TOTAL DO PASSIVO		**1.416.094**	**1.617.428**	**1.183.492**	**1.354.095**

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM (em reais mil)

	CONSOLIDADO 31/12/2025	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONTROLADORA 31/12/2025	CONTROLADORA 31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**2.531.400**	**2.771.810**	**854.931**	**973.800**
Mercado Interno	2.506.681	2.746.864	830.212	948.964
Mercado Externo	24.719	24.946	24.719	24.836
Impostos e Devoluções	**(602.870)**	**(662.085)**	**(215.373)**	**(246.034)**
RECEITA OPERAC. LÍQUIDA	**1.928.530**	**2.109.725**	**639.558**	**727.766**
Custos das Vendas de Prod. e Serviços	**(1.717.282)**	**(1.848.647)**	**(579.775)**	**(656.348)**
LUCRO BRUTO	**211.248**	**261.078**	**59.783**	**71.418**
Receitas/Despesas Operacionais	**(126.161)**	**(132.667)**	**23.029**	**39.762**
Despesas Gerais e Administrativas	(63.324)	(71.769)	(22.676)	(28.306)
Despesas com Vendas	(71.822)	(73.410)	(20.384)	(21.390)
Outras Rec./Desp.Operacionais	8.985	12.512	7.307	(471)
Resultado Equivalência Patrimonial Nota 10)	-	-	58.782	89.929
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**85.087**	**128.411**	**82.812**	**111.180**
Despesas Financeiras	(68.406)	(63.519)	(56.700)	(46.929)
Receitas Financeiras	60.512	55.112	24.880	20.455
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**77.193**	**120.003**	**50.992**	**84.706**
Tributos Correntes (Nota 23)	(27.338)	(35.356)	(1.137)	(58)
Tributos Diferidos	11	11	11	11
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**49.866**	**84.659**	**49.866**	**84.659**
Lucro básico e diluído por ação	2,08	3,54	2,08	3,54

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDOS EM (em reais mil)

	CONSOLIDADO 31/12/2025	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONTROLADORA 31/12/2025	CONTROLADORA 31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**49.866**	**84.659**	**49.866**	**84.659**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	49.866	84.659	49.866	84.659
ATRIBUÍDO A SÓCIOS DA EMPRESA CONTROLADORA	49.866	84.659	49.866	84.659

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM (em reais mil)

	CONSOLIDADO 31/12/2025	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONTROLADORA 31/12/2025	CONTROLADORA 31/12/2024
RECEITAS	**2.524.901**	**2.754.624**	**857.200**	**965.122**
Vendas de Produtos e Serviços	2.519.230	2.759.912	850.605	969.718
Outras Receitas/Despesas	8.737	(4.802)	9.232	(4.596)
Ganhos/Perdas no Receb. de Créditos	(3.066)	(486)	(2.637)	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(2.297.906)**	**(2.454.363)**	**(779.513)**	**(882.968)**
Matérias-Primas Consumidas	(1.942.917)	(2.126.691)	(640.684)	(741.798)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(355.197)	(341.497)	(136.904)	(141.867)
Recuperação/Perda de Valores Ativos	208	13.825	(1.925)	697
VALOR ADICIONADO BRUTO	**226.995**	**300.261**	**77.687**	**82.154**
RETENÇÕES	**(17.419)**	**(14.642)**	**(2.516)**	**(2.379)**
Depreciações e Amortizações (Nota 11)	(17.419)	(14.642)	(2.516)	(2.379)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**209.576**	**285.619**	**75.171**	**79.775**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**60.512**	**55.112**	**83.662**	**110.384**
Resultado da Equiv. Patrimonial (Nota 10)	-	-	58.782	89.929
Receitas Financeiras	60.512	55.112	24.880	20.455
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**270.088**	**340.731**	**158.833**	**190.159**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**270.088**	**340.731**	**158.833**	**190.159**
Empregados	**79.698**	**75.371**	**23.141**	**23.225**
Salários e Encargos	79.698	75.371	23.141	23.225
Tributos	**71.998**	**116.954**	**29.125**	**35.295**
Federais	57.169	82.940	16.909	19.848
Estaduais	12.574	32.655	11.904	15.142
Municipais	2.255	1.359	312	305
Financiamentos	**68.526**	**63.747**	**56.700**	**46.978**
Juros/Aluguéis	68.526	63.747	56.700	46.978
Remuneração de Capital Próprio	**49.866**	**84.659**	**49.866**	**84.659**
Lucros Retidos	**49.866**	**84.659**	**49.866**	**84.659**

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM (em reais mil)

Descrição	CAPITAL Social	RESERVAS de Capital	RESERVA REAV./AJUSTE AVALIAÇÕES Controladas	AJUSTE DE AVALIAÇÃO - Controladora	RESERVAS DE LUCROS RESERVA Legal	RESERVAS DE LUCROS RESERVA Estatutária	LUCROS Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**450.000**	**103**	**8.841**	**465**	**45.506**	**335.650**	**-**	**840.564**
Realização Reservas	-	-	-	(21)	-	-	21	-
Provisão Distribuição Dividendos						(20.107)		(20.107)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(156.080)	-	(156.080)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	84.659	84.659
Destinações Propostas								
Reserva Legal	-	-	-	-	4.233	-	(4.233)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	80.447	(80.447)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**450.000**	**103**	**8.841**	**444**	**49.739**	**239.910**	**-**	**749.036**
Realização Reservas	-	-	-	(21)	-	-	21	-
Provisão Distribuição Dividendos						(11.843)		(11.843)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(45.000)	-	(45.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	49.866	49.866
Destinações Propostas								
Reserva Legal	-	-	-	-	2.493	-	(2.493)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	47.394	(47.394)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	**450.000**	**103**	**8.841**	**423**	**52.232**	**230.461**	**-**	**742.060**

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM (em reais mil)

	CONSOLIDADO 31/12/2025	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONTROLADORA 31/12/2025	CONTROLADORA 31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Exercício	49.866	84.659	49.866	84.659
Ajuste por:				
Depreciações e Amortizações (Nota 11)	17.420	14.642	2.516	2.379
Ganho Equivalência Patrimonial (Nota 10)	-	-	(58.782)	(89.929)
Juros s/Empréstimos e Financiamentos	59.613	50.325	54.758	45.991
Baixa Líquida de Investimentos	-	15.754	-	18.302
Venda/Baixa de Ativos Imobilizados	2.093	636	36.251	-
Baixas de Ativo Intangível	17	-	26	-
Impostos sobre o lucro	27.327	35.345	1.126	47
Variação dos Ativos e Passivos				
(Aumento) Redução de Clientes	53.551	(19.665)	30.695	(5.369)
(Aumento) Redução nos Estoques	9.886	(47.949)	(504)	(4.854)
(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	40.031	28.024	9.316	9.541
(Aumento) Redução em Outras Contas a Receber	5.661	26.321	1.572	2.857
Aumento (Redução) em Fornecedores	(9.835)	57.696	(2.855)	19.192
Aumento (Redução) nos Impostos a Recolher/Diferido	(5.712)	2.703	(231)	(397)
Aumento (Redução) nos Salários/Férias e Contribuições	(157)	1.135	46	76
Aumento (Redução) em Outras Contas a Pagar	(5.772)	(4.291)	(30.000)	355
Impostos pagos	(25.585)	(35.345)	(1.126)	(47)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**218.404**	**209.990**	**92.674**	**82.803**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aplicações financeiras	107.191	(10.993)	18.329	(18.425)
Aquisição de Ativos Imobilizados (Nota 11)	(36.751)	(42.739)	(4.138)	(2.214)
Aquisição de Ativos Intangíveis	(1.137)	(1.052)	(913)	(772)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**69.303**	**(54.784)**	**13.278**	**(21.411)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de Empréstimos e Financiamentos	67.883	255.533	63.428	234.664
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(234.078)	(179.283)	(185.502)	(124.883)
Lucros Recebidos Controladas	-	-	131.314	-
Dividendos Pagos/Creditados	(65.291)	(156.080)	(65.291)	(123.080)
Juros s/Empréstimos Pagos	(59.592)	(59.751)	(54.821)	(44.711)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(291.078)**	**(139.581)**	**(110.872)**	**(58.010)**
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(3.371)**	**15.625**	**(4.920)**	**3.382**
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**25.070**	**9.445**	**6.953**	**3.571**
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**21.699**	**25.070**	**2.033**	**6.953**

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

continua

PANATLÂNTICA®

COMPANHIA ABERTA - C.N.P.J. 92.693.019/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia, com sede em Gravataí (RS) e unidade industrial em Glorinha (RS), tem por objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não, próprios ou de terceiros. A Companhia poderá participar do capital de outras sociedades.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais (*International Financial Reporting Standards-IFRS*). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As Informações Contábeis de encerramento foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período coberto por estas Informações Contábeis e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As políticas contábeis, o uso de certas estimativas contábeis, os julgamentos da Administração e os métodos de cálculo adotados nestas informações financeiras finais são os mesmos que os adotados quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e das informações financeiras finais do período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2025. As informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A partir deste exercício, a Companhia passou a apresentar suas demonstrações financeiras em milhares de reais (R$ mil). Os valores comparativos foram ajustados para fins de comparabilidade, de conformidade com a Lei n° 6.404/76 e CPC 26. O Conselho de Administração autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2025, em 26 de março de 2026.

NOTA 03 - REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPARATIVAS: Em assembleia geral realizada em 24 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição estatutária de dividendos no montante de R$ 20.107, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício de 31 de dezembro de 2024, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. O pagamento será efetuado até 28 de novembro de 2025, aos acionistas titulares das ações na data da assembleia que deliberou sobre a destinação do resultado. Embora o montante aprovado represente a parcela de distribuição obrigatória de lucros prevista estatutariamente, a Companhia não reconheceu contabilmente o respectivo passivo no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2024. Desta forma, de acordo com o CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, a Companhia realizou a retificação do balanço de 31 de dezembro de 2024, apresentado como comparativo nas demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2025, conforme abaixo:

Ativo - Controladora	Conforme apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	151.834	144.881 (a)	6.953
Aplicações de liquidez imediata	-	(144.881) (a)	144.881
Outros ativos circulantes	275.734	-	275.734
Total do ativo circulante	**427.568**	**-**	**427.568**
Não circulante			
Outros ativos não circulantes	926.526	-	926.526
Total do ativo não circulante	**926.526**	**-**	**926.526**
Total do ativo	**1.354.095**	**-**	**1.354.095**

Passivo e patrimônio líquido - Controladora	Conforme apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Dividendos e JCP a distribuir	1.422	20.107 (b)	21.529
Outros passivos circulantes	305.557	-	305.557
Total do passivo circulante	**306.979**	**20.107**	**327.086**
Não circulante			
Outros passivos não circulantes	277.972	-	277.972
Total do passivo não circulante	**277.972**	**-**	**277.972**
Patrimônio líquido			
Outros saldos patrimoniais	509.127	-	509.127
Reserva estatutária	260.017	(20.107)	239.910
Total do patrimônio líquido	**769.144**	**(20.107)**	**749.037**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.354.095**	**-**	**1.354.095**

Demonstrativo do fluxo de caixa - Controladora	Conforme apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	84.659	-	84.659
Ajustes do lucro e variações de ativos e passivos	(1.855)	-	(1.855)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**82.804**	**-**	**82.804**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Outros investimentos	(2.986)	-	(2.986)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	(18.425) (a)	(18.425)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(2.986)**	**(18.425)**	**(21.411)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Outras atividades de financiamento	(58.011)	-	(58.011)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(58.011)**	**-**	**(58.011)**
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**21.807**	**(18.425)**	**3.382**

Ativo - Consolidado	Conforme apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	460.287	435.217 (a)	25.070
Aplicações de liquidez imediata	-	(435.217) (a)	435.217
Outros ativos circulantes	703.691	-	703.691
Total do ativo circulante	**1.163.978**	**-**	**1.163.978**
Não circulante			
Outros ativos não circulantes	400.804	-	400.804
Total do ativo não circulante	**400.804**	**-**	**400.804**
Total do ativo	**1.564.782**	**-**	**1.564.782**

Passivo e patrimônio líquido - Consolidado	Conforme apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Dividendos e JCP a distribuir	1.422	20.107 (b)	21.529
Outros passivos circulantes	526.669	-	526.669
Total do passivo circulante	**528.091**	**20.107**	**548.198**
Não circulante			
Outros passivos não circulantes	320.194	-	320.194
Total do passivo não circulante	**320.194**	**-**	**320.194**
Patrimônio líquido			
Outros saldos patrimoniais	509.127	-	509.127
Reserva estatutária	260.017	(20.107)	239.910
Total do patrimônio líquido	**769.144**	(20.107)	**749.037**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.617.429**	**-**	**1.617.429**

Demonstrativo do fluxo de caixa - Consolidado	Conforme apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	84.659	-	84.659
Ajustes do lucro e variações de ativos e passivos	125.330	-	125.330
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**209.989**	**-**	**209.989**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Outros investimentos	(43.791)	-	(43.791)
	-	(10.993) (a)	(10.993)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(43.791)**	**(10.993)**	**(54.784)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Outras atividades de financiamento	(139.580)	-	(139.580)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(139.580)**	**-**	**(139.580)**
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**26.618**	**(10.993)**	**15.625**

(a) Reclassificação dos saldos de caixa e equivalentes de caixa para a rubrica de aplicações financeiras de liquidez imediata. A reclassificação foi realizada para uma melhor apresentação das reais necessidades de caixa do Grupo. **(b)** Reclassificação dos dividendos mínimos obrigatórios, anteriormente apresentados na rubrica de reservas estatutárias, para o passivo circulante. A rubrica de dividendos e JCP a pagar apresentou um aumento de R$ 20.107, enquanto a rubrica de reservas estatutária apresentou uma redução de R$ 20.107. Os demais quadros, sendo eles o ativo, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração dos valores adicionados não sofreram alterações.

NOTA 04 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS: 4.1 Consolidação - As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Panatlântica S.A. e suas controladas diretas Panatlântica Catarinense S.A. e a Panatlântica Ind. Com. de Tubos S/A., e suas controladas indiretas Açolog Serviços de Transporte e Logística Ltda., Panaser S/A.- Beneficiamento de Aços, Açolog Transporte Siderúrgico Ltda., e a Tubospan S.A., denominadas em conjunto como "Grupo". Os saldos de Ativos e Passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação. Em agosto de 2025, a controlada indireta Panaser S/A – Beneficiamento de Aços, foi incorporada por sua controladora direta, a Panatlântica Tubos S.A.. **4.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais -** No balanço patrimonial individual, essas participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. **4.2 Estimativas e julgamentos contábeis -** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos -** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas notas explicativas: **b. Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: i) Nota Explicativa nº 4.4 - Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*") - Ativos Financeiro; ii) Nota Explicativa nº 4.9 - Vida útil do imobilizado: A análise da vida útil estimada do ativo imobilizado; e iii) Nota Explicativa nº 4.12 - Provisão para contingências: Estimativas de perdas relacionadas a passivos contingentes. **4.3 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis -** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. **4.4 Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros não derivativos -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e ii) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA (Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes) como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros -** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros -** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira o Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.5 Estoques -** Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas (Nota 07). **4.6 Impostos a Recuperar -** Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e retenções na fonte (Nota 08). **4.7 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes -** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **4.8 Investimentos -** Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo (Nota 10). **4.9 Imobilizado -** Edificações, Terrenos, Instalações, Máquinas e Equipamentos são os itens principais do imobilizado, sendo demonstrados pelo custo de aquisição ou avaliação. A depreciação dos bens é feita pelo método linear. O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionado às atividades operacionais. Sobre os mesmos, existem controles eficazes que possibilitam identificação de perdas e/ou mudanças de estimativas de vida útil. As Cias. no decorrer dos exercícios revisam e ajustam, quando necessário, a vida útil-econômica estimada de cálculo da taxa de depreciação (Nota 11). **4.10 Intangível -** Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM n° 644/10. A amortização dos direitos é feita pelo método linear à taxa de 20,0% a.a.. **4.11 Passivo Circulante e Não Circulante -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. A administração da Companhia considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento. **4.11.1 Empréstimos e Financiamentos -** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva (Nota 13). **4.11.2 Provisões -** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. **4.12 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes -** Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro. **4.13 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente -** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240,0 para Imposto de Renda e 9,0% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30,0% do lucro real do exercício. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim de cada período/regime fiscal (Nota 23). **4.14 Apuração do Resultado -** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. **4.15 Reconhecimento das Receitas de Vendas -** O Grupo utiliza o modelo, para determinação do reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente. O Grupo avaliou os 05 (cinco) passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pela norma contábil: i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; iv) Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; v)Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato. Desta forma, a receita de venda é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade é transferida para os compradores. A receita é reconhecida, geralmente, na entrega dos produtos aos clientes. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções e impostos incidentes. Geralmente as receitas são reconhecidas no resultado pelo montante equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. **4.16 Demonstração do Valor Adicionado - DVA -** A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) Individuais e Consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional. **4.17 Pronunciamentos Novos e/ou Revisados, Aplicados pela 1ª.vez em 2025 -** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **i) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis -** Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte: • Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é; • Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra; • Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra; • Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível; • Exemplos ilustrativos; e • Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada. A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis. **ii) Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO_2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO) -** Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO_2e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO). A entidade deve avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, caso julgue que esta informação seja importante para uma apropriada interpretação das demonstração contábeis por parte de seus usuários. A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis. **a. Novas normas, revisões e interpretações emitidas, que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025 -** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber: **i) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 -** Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à remensuração dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. **ii) IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras -** A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. **iii) Alterações na IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública -** Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Empresa espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos. Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos. **b. Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025) -** A Lei Complementar n° 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos: • Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos; • Redução linear de 10% dos benefícios fiscais; • Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e • Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets). **Avaliação de impacto:** A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas. Além disso, concluiu com êxito os testes realizados em ambientes de homologação e produção para o correto destaque do IBS e da CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Empresa reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções. A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora espere impactos nos fluxos de caixa futuros.

NOTA 05- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS: 5.1) Caixa e equivalentes de caixa, abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata, ou seja, resgatáveis no prazo de até três meses das datas de contratação, sem penalidades para a Companhia e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

	Consolidado		Controladora	
Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo em Caixa	43	1.294	9	11
Depósitos a Vista	8.819	1.918	0	2.752
Aplicações Financeiras	12.837	21.858	2.024	4.190
Caixa e Equivalentes de Caixa	**21.699**	**25.070**	**2.033**	**6.953**

(*) A Companhia recebe em liquidação de direitos como Contas a Receber em moeda estrangeira e ordens de pagamento, das quais ela pode, conforme sua necessidade de caixa e melhor aproveitamento de taxa cambial, efetuar o fechamento de câmbio e recebimento dos Reais equivalente em seu caixa. 5.2) As aplicações financeiras de liquidez não imediata, referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB´s) que não são prontamente conversíveis em caixa, considerando a data de transação. A classificação das aplicações financeiras depende do propósito pela qual o investimento foi adquirido e estão avaliadas ao custo amortizado, de acordo com sua categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

		Consolidado		Controladora	
Descrição	**Remuneração**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	98% a 103% do CDI	328.026	435.217	126.552	144.881
Total		**328.026**	**435.217**	**126.552**	**144.881**

NOTA 06 – CLIENTES:

	Consolidado		Controladora	
Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Clientes Nacionais	227.514	280.937	63.516	94.540
Clientes Exterior	6.510	6.341	6.510	6.341
(-) Prov.de Perdas Estimadas	(5.371)	(5.074)	(965)	(1.125)
Total Líquido a Receber	**228.653**	**282.204**	**69.061**	**99.756**
Total do Ativo Circulante	**224.310**	**282.204**	**64.718**	**99.756**
Total Ativo não Circulante	**4.343**	**-**	**4.343**	**-**

Abaixo, a movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado		Controladora	
Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo Inicial	5.074	6.416	1.125	2.689
Constituição PECLD	28	222	-	-
Reversão PECLD	-	(1.564)	-	(1.564)
Saldo Final	**5.102**	**5.074**	**1.125**	**1.125**

NOTA 07 - ESTOQUES:

	Consolidado		Controladora	
Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Produtos Prontos	82.120	97.748	31.214	33.557
Produtos em Elaboração	9.657	11.187	-	-
Matéria Prima	186.954	180.714	71.855	69.010
Materiais Divs./Outros	6.052	5.019	1	-
Total	**284.783**	**294.668**	**103.070**	**102.567**

NOTA 08 - IMPOSTOS A RECUPERAR:

	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar - CONSOLIDADO			
	31/12/2025		31/12/2024	
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
IRRF/IRPJ	14.006	46	22.260	44
PIS/COFINS-NORMAL	7.839	-	11.648	-
IPI/ICMS	43.900	3.014	47.340	2.689
Pis/Cofins s/Base do ICMS (i)	44.858	54.231	69.765	54.230
Outros	97	-	36	9
Total	**110.700**	**57.291**	**151.049**	**56.972**

	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar - CONTROLADORA			
	31/12/2025		31/12/2024	
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
IRRF/IRPJ	8.428	-	8.736	-
PIS/COFINS-NORMAL	4.802	-	10.834	-
IPI/ICMS	34.225	32	33.600	5
Pis/Cofins s/Base do ICMS (i)	16.208	54.231	19.836	54.230
Total	**63.663**	**54.263**	**73.006**	**54.235**

(i) Refere-se ao saldo remanescente do imposto creditado frente ao êxito no processo que requeria a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS. O Grupo, após o êxito no processo, realizou o levantamento dos créditos e a solicitação de habilitação. No que tange à controladora, Panatlântica S.A., a receita federal não habilitou os créditos e realizou abertura de processo administrativo para discussão da memória de cálculo. Neste sentido, a administração realizou a reclassificação do equivalente a R$ 54.231 para o passivo não circulante, até que o crédito seja liberado para compensação.

NOTA 09 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS: A Controladora e suas controladas realizam operações entre si, relativas a aspecto financeiros, comerciais e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes.

	Saldos das controladas em aberto com a controladora			Efeito de resultado das das efetivas transações	
	Passivo Circulante	**Passivo não Circ.**	**Total de Passivo**	**Receita**	**Despesa**
Saldo em 31/12/2024					
Açolog STL	389	-	389	-	3.873
Açolog TSL	-	-	-	-	653
Panatlântica Catarinense	7		7	2.377	63
Tubospan	33	-	33	59	2.453
Panaser	2	-	2	-	20
L.P. Aços Controladora (Mútuo)	-	1.690	1.690	-	804
Total	**431**	**1.690**	**2.121**	**2.436**	**8.149**

	Saldos das controladas em aberto com a controladora			Efeito de resultado das das efetivas transações	
	Passivo Circulante	**Passivo não Circ.**	**Total de Passivo**	**Receita**	**Despesa**
Saldo em 31/12/2025					
Açolog STL	275	-	275	-	3.394
Açolog TSL		-	-	-	495
Panatlântica Catarinense	1	-	1	437	327
Panatlântica Tubos	16	-	16	445	44
Tubospan	-	-	-	37	227
L.P. Aços Controladora (Mútuo)	-	-	-	-	66
Total	**292**	**-**	**292**	**919**	**4.553**

As operações com as partes relacionadas, quanto a prazos e preços, são realizadas em condições, as quais, podem divergir de condições semelhantes às aplicadas no mercado.

"O Grupo possui ainda relacionamento comercial com acionista CSN, através de contrato de compra de matéria prima e fornecimento de serviços de transporte, com determinadas regras de precificação e volumes, acordadas entre as partes. Durante o exercício de 2024 e 2025, parte substancial dos custos se refere a matéria prima adquirida da CSN. O saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2025, na conta de fornecedores é de R$ 282.984 (R$ 284.105 em 31 de dezembro de 2024). O saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2025, na conta de clientes é de R$ 21.856 (R$ 15.237 em 31 de dezembro de 2024). No exercício de 2025, também foram reconhecidas o equivalente a R$ 156.876 (R$ 173.209 em 31 de dezembro de 2024) de receitas de prestação de serviços de transporte. O contrato de mútuo firmado m 2010 com a Controladora L.P.Aços, com juros da taxa Selic, foi encerrado em abril de 2025.

Abaixo está apresentado o quadro da remuneração global dos administradores:

	Remuneração Conselho Administração e Diretores	
	31/12/2025	31/12/2024
Benificiários	**Remuneração/Benefícios**	**Remuneração/Benefícios**
Conselho	11.491	8.586
Diretoria	8.282	8.552
Soma	**19.773**	**17.138**

NOTA 10 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS: A seguir, apresenta-se os principais saldos das controladas diretas:

Descrição	**Panatlântica Catarinense S.A.**	**Panatlântica Ind.Com.Tubos S.A.**	**Total**
Ativo Circulante	153.949	394.427	548.376
Ativo não Circulante	102.041	278.711	380.752
Passivo Circulante	(50.629)	(154.087)	(204.716)
Passivo não Circulante	(17.830)	(387)	(18.217)
Lucro Liquido do Exercício	28.974	27.808	56.782
Total	**187.530**	**518.664**	**706.194**
Participação Direta no Capital	100,0%	100,0%	100,0%
Total do Investimento Direto	**187.530**	**502.557**	**690.087**

Abaixo, os principais saldos das controladas indiretas. Estas companhias são consolidadas em níveis intermediários e apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Descrição	**Tubospan S.A.(Controlada Indireta)**	**Açolog STL Ltda.(Controlada Indireta)**	**Açolog TSL Ltda.(Controlada Indireta)**
Ativo Circulante	889	57.784	14.098
Ativo não Circulante	30.219	12.923	458
Passivo Circulante	(106)	(5.773)	(109)
Passivo não Circulante	(3.972)	-	-
Resultado do Exercício	1.998	18.818	1.602
Total	**27.030**	**64.934**	**14.447**
Participação Direta no Capital	100,0%	100,0%	100,0%
Total do Investimento Indireto	**27.030**	**64.934**	**14.447**

A movimentação dos investimentos da controladora está representada da seguinte forma:

MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E OUTROS

Descrição	**PANATLÂNTICA CATARINENSE S.A.**	**PANATLÂNTICA IND.COM.TUBOS S.A.**	**INDUMINAS S.A.**	**OUTROS**	**TOTAL**
(=) Saldos em 31/12/2023	**237.002**	**468.182**	**18.302**	**25**	**723.511**
(+/-) Equivalência Patrimonial	34.554	55.375	-	-	89.929
(-) Distr. Lucros/Baixa de Invest.	(33.000)	-	(18.302)	-	(51.302)
(=) Saldos em 31/12/2024	**238.556**	**523.557**	**0**	**25**	**762.137**
(+/-) Equivalência Patrimonial	28.974	29.808	-	-	58.782
(-) Distribuição Lucros	(80.000)	(51.314)	-	-	(131.314)
(=) Saldos em 31/12/2025	**187.530**	**502.051**	**0**	**25**	**689.605**

A controlada Induminas S/A., foi incorporada em 05 de setembro de 2024, conforme ata da AGE de 05/09/2024, sendo que em outubro de 2024, a mesma foi vendida.

A controlada indireta Panaser S/A., foi incorporada em 01 de setembro de 2025, conforme ata da AGE de 28/08/2025, pela sua controladora Panatlântica Tubos S/A., sendo que a mesma, se tornou uma filial.

continua

PANATLÂNTICA

COMPANHIA ABERTA - C.N.P.J. 92.693.019/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 11 – IMOBILIZADO:

CONSOLIDADO-QUADRO DA MOVIMENTAÇÃO

Itens	Saldo em: 31/12/2024	Incorp.Pser	Transf.	Adições	Baixas	Deprec.	Saldo em: 31/12/2025
Terrenos, Edifícios e Instalações	165.663	20.998	213	35.887	(36.078)	(3.286)	162.399
Terrenos, Edifícios-Custo Atribuído	3.000	-	-	-	-	(32)	2.968
Máquinas e Equipamentos	118.466	7.352	25.948	13.205	(659)	(10.727)	146.233
Móveis e Utensílios	2.707	153	48	147	(31)	(357)	2.514
Veículos	11.076	-	-	1.498	(1.398)	(1.297)	9.879
Computadores e Periféricos	1.462	12	-	341	84	(612)	1.275
Outras Imobilizações	1.064	-	-	20	(211)	(2)	871
Sub-Total	**303.438**	**28.515**	**26.209**	**51.098**	**(38.293)**	**(16.313)**	**326.139**
Máquinas em Instalação	20.793	-	(25.948)	21.078	(17)	-	15.906
Obras em Andamento	12.104	-	(261)	827	(33)	-	12.637
Valor Liq.- Imobilizado	**336.335**	**28.515**	**-**	**73.003**	**(38.343)**	**(16.313)**	**354.680**

CONTROLADORA-QUADRO DA MOVIMENTAÇÃO

Itens	Saldo em: 31/12/2024	Adições	Baixas	Deprec.	Saldo em: 31/12/2025
Terrenos, Edifícios e Instalações	64.858	101	(35.997)	(661)	28.301
Terrenos, Edifícios-Custo Atribuído	672	-	-	(32)	640
Máquinas e Equipamentos	18.182	1.097	(53)	(910)	18.316
Móveis e Utensílios	390	47	-	(49)	388
Veículos	179	363	-	(45)	498
Computadores e Periféricos	366	160	(4)	(134)	388
Outras Imobilizações	177	20	(197)	-	-
Sub-Total	**84.824**	**1.788**	**(36.251)**	**(1.831)**	**48.531**
Máquinas em Instalação	7.442	2.262	-	-	9.704
Obras em Andamento	9.977	88	-	-	10.065
Valor Liq.- Imobilizado	**102.244**	**4.138**	**(36.251)**	**(1.831)**	**68.300**

CONSOLIDADO - QUADRO DOS SALDOS

Descrição	Taxa de Depreciação Anual (%)	Custo Corrigido 31.12.2024	Custo Corrigido 31.12.2025	(-) Depreciação Acumulada 31.12.2024	(-) Depreciação Acumulada 31.12.2025	Valor Líquido 31.12.2024	Valor Líquido 31.12.2025
Terrenos	-	77.158	69.449	-	0	77.158	69.449
Edificações	De 2 a 10	129.373	130.080	(31.982)	(36.204)	97.391	93.876
Máquinas e Equipamentos	De 3 a 10	221.012	262.329	(110.713)	(116.096)	110.299	146.233
Instalações	De 3 a 10	4.350	4.481	(2.359)	(2.439)	1.991	2.042
Computadores e Periféricos	20	6.337	6.340	(4.694)	(5.066)	1.643	1.275
Móveis e Utensílios	De 5 a 10	6.580	6.768	(3.709)	(4.254)	2.871	2.514
Veículos	De 12 a 20	14.264	13.219	(2.454)	(3.340)	11.810	9.879
Obras em Andamento	-	10.028	12.637	-	-	10.028	12.637
Outras Imobilizações	De 12 a 20	2.441	963	(90)	(92)	2.351	871
Máquinas em Instalação	-	20.793	15.906	-	-	20.793	15.906
Totais		**492.336**	**522.172**	**(156.001)**	**(167.491)**	**336.335**	**354.680**

CONTROLADORA - QUADRO DOS SALDOS

Descrição	Taxa de Depreciação Anual (%)	Custo Corrigido 31.12.2024	Custo Corrigido 31.12.2025	(-) Depreciação Acumulada 31.12.2024	(-) Depreciação Acumulada 31.12.2025	Valor Líquido 31.12.2024	Valor Líquido 31.12.2025
Terrenos	-	39.867	3.870	0	0	39.867	3.870
Edificações	De 2 a 10	35.082	35.154	(10.059)	(10.720)	25.023	24.434
Máquinas e Equipamentos	De 3 a 10	48.543	49.393	(30.361)	(31.076)	18.182	18.316
Instalações	De 3 a 10	2.116	2.145	(1.475)	(1.508)	641	637
Computadores e Periféricos	20	1.742	1.781	(1.376)	(1.393)	366	388
Móveis e Utensílios	De 5 a 10	1.538	1.585	(1.148)	(1.197)	390	388
Veículos	De 12 a 20	422	785	(243)	(288)	179	498
Obras em Andamento	-	9.977	10.065	0	0	9.977	10.065
Outras Imobilizações	-	177	0	0	0	177	0
Máquinas em Instalação	-	7.443	9.704	0	0	7.442	9.704
Totais		**146.907**	**114.482**	**(44.662)**	**(46.182)**	**102.244**	**68.300**

NOTA 12 - FORNECEDORES:

Descrição	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Fornecedores Nacionais	295.730	301.623	125.225	128.081
Fornecedores Exterior	1.707	5.650	-	-
Total	**297.437**	**307.273**	**125.225**	**128.081**

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Apresentamos a seguir as operações contratadas junto às Instituições Financeiras.

CONSOLIDADO

Encargos	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2025	-	63.950
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2026	135.166	115.480
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2027	73.204	81.273
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	De 2028 a 2030	110.134	222.285
	SOMA	**318.504**	**482.988**
	Circulante	**135.166**	**179.430**
	Não Circulante	**183.338**	**303.558**

CONTROLADORA

Encargos	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2025	-	44.320
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2026	116.724	90.941
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2027	65.492	71.269
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	De 2028 a 2030	102.208	198.341
	SOMA	**284.424**	**404.871**
	Circulante	**116.724**	**135.261**
	Não Circulante	**167.700**	**269.610**

Movimentação dos Empréstimos/Financiamentos - CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	482.988	406.192
Captação	67.883	255.533
Amortização Principal	(291.980)	(229.063)
Provisão de Juros	59.613	50.326
Saldo Final	**318.504**	**482.988**

Movimentação dos Empréstimos/Financiamentos - CONTROLADORA

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	404.871	283.840
Captação	63.428	234.664
Amortização Principal	(238.634)	(158.854)
Provisão de Juros	54.759	45.222
Saldo Final	**284.424**	**404.871**

As operações de longo prazo são destinadas para aquisição de bens e equipamentos industriais, incorporados ao ativo imobilizado, cujas garantias reais são as próprias aquisições, mais duplicatas mercantis. A companhia assumiu obrigações contratuais de financiamentos que preveem a manutenção de determinados índices, sob pena de vencimento antecipado, conforme apresentado abaixo:

i) Dívida financeira líquida / Ebitda inferior a 2,0;
ii) Índice de liquidez corrente maior do que 1,5;
iii) Disponibilidades superiores à dívida de curto prazo;

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com as obrigações.

NOTA 14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES:

a) Obrigações fiscais

Impostos, Taxas e Contribuições - Circulante

Descrição	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
IRRF	1.434	1.561	457	521
IRPJ/CSLL S/LUCRO REAL	5.408	7.150	318	-
PIS/COFINS	539	0	21	0
ICMS/IPI	2.040	2.966	1	2
OUTROS	252	1.417	63	93
TOTAL IMPOSTOS CP	**9.673**	**13.094**	**860**	**616**

b) Outras provisões fiscais

Impostos, Taxas e Contribuições - Não Circulante

Descrição	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
IRPJ/CSLL - Cred. Pres. ICMS	483	483	483	483
IPTU/Outras Contribuições	2.848	3.311	655	1.118
TOTAL IMPOSTOS LP	**3.331**	**3.794**	**1.138**	**1.601**

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
IRPJ-Diferido (c.1)	6.429	6.490	3.508	3.515
CSLL-Diferida (c.1)	2.314	2.338	1.263	1.267
TOTAL IMPOSTOS LP	**8.743**	**8.828**	**4.771**	**4.782**

(i) Tributos Diferidos (IRPJ/CSLL) - A Companhia e suas Controladas procederam o registro dos tributos decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial sobre o ativo imobilizado: A controladora possui o equivalente a R$ 93.149 de prejuízos fiscais acumulados, para os quais, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: ***a.*** **Capital Social e Direito das Ações -** O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), que é composto por 22.907.083 Ações Ordinárias e 1.025.286 Ações Preferenciais, que totalizam 23.932.369 Ações, sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País. Em 2025, foram pagos na integralidade os dividendos mínimos obrigatórios, destacados no exercício de 2024, no equivalente a R$ 20.107. Em 15 de outubro de 2025 foi aprovada pela assembleia geral extraordinária a distribuição de dividendos adicionais, referentes aos lucros do exercício de 2021, no equivalente a R$ 45.000, sendo que foram integralmente pagos em 20 de outubro de 2025. Foram destacados ainda o equivalente a R$ 11.843, referente a dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025. ***b.*** **Reservas - (a) Reserva legal:** Do lucro líquido do período, 5,0% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20,0% (vinte por cento) do capital social. **(b) Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria:** Tem a finalidade assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas. **(c) Reserva de lucros:** Possui como principal finalidade assegurar a manutenção dos investimentos, do capital de giro e das operações. Trata-se dos lucros acumulados não destinados pela assembleia.

NOTA 16 - CONTRATOS DE SEGUROS: Devido à natureza e porte dos estoques de (produtos siderúrgicos) e principais bens do imobilizado (Prédios, Instalações e Equipamentos Industriais), é política da Companhia contratar seguros por valores condizentes, assumindo alguns riscos com sinistros, os quais são considerados de rara ocorrência. Os bens estão segurados contra incêndio, vendaval, acidentes pessoais, danos e roubos, da seguinte forma:

Risco Coberto	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Incêndio, Raio, Explosão, Roubo, Danos elétricos, Vendaval, Granizo, Responsabilidade Civil	277.160	310.718	65.000	65.000
Lucros Cessantes	71.830	72.265	30.000	30.000
Acidentes Pessoais, Danos Materiais, Danos Corporais	25.002	44.107	650	650
TOTAL	**373.992**	**427.090**	**95.650**	**95.650**

As informações relacionadas aos seguros contratados foram obtidas da Administração da Companhia e não foram objeto de procedimentos específicos por parte dos auditores independentes.

NOTA 17 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA: A Companhia patrocina, a funcionários que se inscreveram até agosto de 2019 de forma voluntária, um Plano de Complementação de Aposentadoria junto ao "Fundo Multipensions Bradesco", constituído com características de plano de contribuição definida, no qual não tem obrigação de efetuar contribuições adicionais após o término da prestação dos serviços pelos funcionários. Nestes 12 meses de 2025, a Companhia contribuiu com R$ 418,3 (R$ 482,7 em 12/2024).

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS: A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limitam ao Risco de Crédito, Risco de Preço, Risco de Taxa de Câmbio e ao Risco de Juros. Para todos eles a Companhia adota medidas junto ao mercado onde atua para mitigar o impacto nas suas operações comerciais.

NOTA 19 - CONTINGÊNCIAS: A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária. As respectivas provisões são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável. Os riscos classificados como prováveis totalizaram R$ 2.352 na controladora e R$ 2.722 no consolidado (R$ 230 na controladora e R$ 2.182 no consolidado em 2024). Existe ainda o equivalente a R$ 2.542 na controladora e R$ 3.796 no consolidado, referente a processos passíveis cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada como possível e não estão reconhecidas contabilmente.

NOTA 20 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS: Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Liquida:

Descrição	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Receita Bruta	2.531.400	2.771.810	854.931	973.800
IPI	(70.432)	(78.354)	(23.105)	(26.982)
ICMS	(327.274)	(359.561)	(125.587)	(143.329)
PIS	(34.403)	(37.830)	(11.123)	(12.779)
COFINS	(128.463)	(174.296)	(51.232)	(58.862)
ISS	(128)	(146)	-	-
Devoluções e Abatimentos	(12.170)	(11.898)	(4.326)	(4.083)
Receita Líquida	**1.958.530**	**2.109.725**	**639.558**	**727.765**

NOTA 21 - DESPESAS POR FUNÇÃO E POR NATUREZA

Despesas por Função - CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custo Produtos Vendidos	(1.717.282)	(1.848.647)
Despesas c/Vendas	(71.822)	(73.410)
Despesas Administrativas	(63.324)	(71.769)
Total	**(1.852.428)**	**(1.993.826)**

Despesas por Função - CONTROLADORA

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custo Produtos Vendidos	(579.775)	(656.348)
Despesas c/Vendas	(20.384)	(21.390)
Despesas Administrativas	(22.676)	(28.306)
Total	**(622.835)**	**(706.044)**

Despesas por Natureza - CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-Prima/Mat.de uso/consumo	(1.717.282)	(1.848.647)
Despesas c/Pessoal e Benefícios	(79.698)	(74.370)
Despesas c/Comissões	(20.709)	(16.280)
Despesas c/Fretes	(30.018)	(36.398)
Depreciação/Amortização	(17.420)	(14.642)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	12.699	(3.489)
Total	**(1.852.428)**	**(1.993.826)**

Despesas por Natureza - CONTROLADORA

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-Prima/Mat.de uso/consumo	(579.775)	(638.052)
Despesas c/Pessoal e Benefícios	(23.141)	(27.915)
Despesas c/Comissões	(7.274)	(7.810)
Despesas c/Fretes	(3.253)	(3.086)
Depreciação/Amortização	(2.516)	(2.379)
Outras Despesas Operacionais	(6.876)	(26.802)
Total	**(622.835)**	**(706.044)**

NOTA 22 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS: As receitas/despesas financeiras-líquidas é composta como segue:

Descrição	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Juros Recebidos	1.013	1.048	582	528
Rendimentos Aplic.Financeiras	47.878	41.843	21.090	14.995
Variaçôes Monetárias Financeiras	11.574	12.220	3.208	4.931
Outras Receitas Financeiras	47	1	-	1
Total Receitas Financeiras	**60.512**	**55.112**	**24.880**	**20.455**

Descrição	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Juros s/Empréstimos/Financ.	(65.475)	(59.812)	(54.821)	(44.711)
Variação Cambial Passiva	(1.518)	(2.370)	(1.385)	(2.135)
Outras Despesas Financeiras	(1.411)	(1.336)	(493)	(83)
Total Despesas Financeiras	**(68.404)**	**(63.518)**	**(56.699)**	**(46.929)**
Resultado Financeiro Líquido	**(7.893)**	**(8.406)**	**(31.820)**	**(26.474)**

NOTA 23 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A reconciliação das taxas efetiva e nominal de Imposto de Renda-IRPJ e Contribuição Social-CSLL, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024, estão demonstradas abaixo:

CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2025 IRPJ	31/12/2025 CSLL	31/12/2024 IRPJ	31/12/2024 CSLL
Lucro Líquido antes dos Tributos	77.193	77.193	120.004	120.004
(-/+) Efeitos das IFRS	31	31	33	33
Lucro antes dos Tributos-Ajustado	**77.224**	**77.224**	**120.037**	**120.037**
(+) Adições	9.105	9.105	1.384	1.384
(-) Exclusões	(5.720)	(5.720)	(16.166)	(16.166)
Lucro Tributável/Base Cálculo	**80.609**	**80.609**	**105.255**	**105.255**
(-) Comp. 30% BCN	-	(334)	(1.645)	(1.645)
CSLL - 9%	-	**7.225**	-	**9.325**
(=) Base Cálculo/Despesa CSLL	**80.609**	**7.225**	**103.610**	**9.325**
IRPJ - 15%	12.091	-	15.542	-
IRPJ - 10%	8.037	-	10.508	-
(-) Deduções IRPJ	(14)	-	(19)	-
(=) Despesa IRPJ/CSLL	**20.113**	**7.225**	**26.031**	**9.325**

CONTROLADORA

Descrição	31/12/2025 IRPJ	31/12/2025 CSLL	31/12/2024 IRPJ	31/12/2024 CSLL
Lucro Líquido antes dos Tributos	50.992	50.992	84.706	84.706
(-/+) Efeitos das IFRS	31	31	33	33
Lucro antes dos Tributos-Ajustado	**51.023**	**51.023**	**84.739**	**84.739**
(+) Adições	2.455	2.455	320	320
(-) Exclusões	(61.688)	(61.688)	(93.193)	(93.193)
Lucro Tributável/Base Cálculo	**(8.210)**	**(8.210)**	**(8.134)**	**(8.134)**
(-) Comp. 30% BCN	-	(1.479)	-	-
CSLL - 9%	-	308	-	-
IRPJ - 15%	514	-	-	-
IRPJ - 10%	336	-	-	-
(-) Deduções IRPJ	(21)	-	-	-
(=) Receita/Despesa IRPJ/CSLL	**829**	**308**	**-**	**-**

NOTA 24 - LUCRO POR AÇÃO: Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

a) Número de ações:

Ações Emitidas	31/12/2025	31/12/2024
Ações Ordinárias	22.907	22.907
Ações Preferenciais	1.025	1.025
Total	**23.932**	**23.932**

b) Resultado por ação: Como a Companhia não possui ações potenciais diluídas, apresenta o mesmo valor do lucro básico e diluído por ação.

Controladora	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício	49.866	84.659
Lucro Básico e Diluído por Ação	2,08	3,54

NOTA 25 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO: A Companhia e suas controladas identificaram com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia, que sua operação total constitui um único segmento operacional. Desta forma a Demonstração de Resultado do Exercício já está adequada aos princípios necessários determinados pela Deliberação CVM nº 582/09.

NOTA 26 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Classificação dos instrumentos financeiros - Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além das seguintes classificações: (a) ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros da Companhia, em aberto em cada data base, são os seguintes:

Classificação Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros

a) p/Custo Amortizado	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.699	25.071	2.033	6.953
Aplicação Financeira	328.026	435.216	126.552	144.881
Clientes	228.653	282.204	69.061	100.034
Outros Ativos	11.843	16.225	344	405
Ativos Financeiros Totais	**590.221**	**758.716**	**197.990**	**252.273**

Classificação Instrumentos Financeiros - Passivos Financeiros

b) p/Custo Amortizado	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Empréstimos e Financiamentos Bancários	(318.504)	(482.988)	(284.424)	(404.871)
Fornecedores	(297.437)	(307.273)	(125.225)	(128.081)
Outras Contas a Pagar	(5.758)	(17.142)	(1.846)	(8.215)
Débitos c/Controlada	-	(1.690)	0	(29.937)
Dividendos a Pagar	(13.081)	1.422	(13.081)	(1.422)
Passivos Financeiros Totais	**(634.780)**	**(807.671)**	**(424.576)**	**(572.526)**
Instrumentos Financeiros Totais	**(44.559)**	**(48.955)**	**(226.586)**	**(320.253)**

Risco de crédito - Apresentamos os ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito:

Risco de Crédito

Ativo	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.699	25.071	2.033	6.953
Aplicação Financeira	328.026	435.216	126.552	144.881
Clientes	228.653	282.204	69.061	100.034
Outros Ativos	11.843	16.225	344	405
Total	**590.221**	**758.716**	**197.990**	**252.273**

De acordo com a política da Companhia é constituída provisão para risco de crédito após a análise individual das contas a receber. Abaixo, uma análise da exposição do risco de crédito do contas a receber:

Descrição	Consolidado	Controladora
Titulos a Vencer	207.247	55.682
Vencidos, entre 01 a 90 dias,	10.299	6.823
Vencidos, entre 91 a 180 dias,	981	110
Vencidos, entre 181 a 360 dias,e	1.741	1.164
Vencidos há mais de 360 dias	13.755	6.247
	234.024	70.026

Risco de liquidez - A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem retorno aos sócios, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação. A seguir, estão as maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 nas informações contábeis finais individuais e consolidadas:

Risco de Liquidez - Consolidado em 31/12/2025

Passivos Financeiros não Derivativos	Vlr.Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	2026	2027	2028 A 2030
Empréstimos e Financiamentos Bancários	(318.504)	(484.405)	(198.606)	(111.413)	(174.386)
Fornecedores	(297.437)	(297.437)	(297.437)	-	-
Outras Contas a Pagar	(5.758)	(5.758)	(5.758)	-	-
Dividendos a Pagar	(13.081)	(13.081)	(13.081)	-	-
Total	**(634.780)**	**(800.681)**	**(514.882)**	**(111.413)**	**(174.386)**

Risco de Liquidez - Controladora em 31/12/2025

Passivos Financeiros não Derivativos	Vlr.Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	2026	2027	2028 A 2030
Empréstimos e Financiamentos Bancários	(284.424)	(432.571)	(177.354)	(99.491)	(155.726)
Fornecedores	(125.225)	(125.225)	(125.225)	-	-
Outras Contas a Pagar	(1.846)	(1.846)	(1.846)	-	-
Dividendos a Pagar	(13.081)	(13.081)	(13.081)	-	-
Total	**(424.576)**	**(572.723)**	**(317.506)**	**(99.491)**	**(155.726)**

Risco de mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros -** Na data das informações contábeis intermediárias, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros variável, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

Risco de Taxas de Juros

Valor Contábil dos Instrumentos Financeiros de Taxa Variável	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Aplicação Financeira	328.026	435.216	126.552	144.881
Débitos c/Partes Relacionadas	-	(1.690)	-	(1.690)
Empréstimos e Financiamentos Bancários	(318.504)	(482.988)	(284.424)	(404.871)
Total	**9.522**	**(49.462)**	**(157.872)**	**(261.680)**

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa - A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. **Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável -** Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das informações contábeis finais, não teria reflexo relevante no patrimônio no exercício findo de 12 meses em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com os montantes abaixo demonstrados. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes:

Valor Contábil dos Instrumentos Financeiros de Taxa Variável	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Aplicação Financeira	328.026	435.216	126.552	144.881
Débitos c/Partes Relacionadas	-	(1.690)	-	(1.690)
Empréstimos e Financiamentos Bancários	(318.504)	(482.988)	(284.424)	(404.871)
Total	**9.522**	**(49.462)**	**(157.872)**	**(261.680)**
Taxa de Juros Esperada	**15,0%**	**15,0%**	**15,0%**	**15,0%**
Impacto c/Taxa de Juros Esperada	**1.428**	**(7.419)**	**(23.681)**	**(39.252)**
Variações 10,0%	1.571	(8.161)	(26.049)	(43.177)
Impacto no Resultado	143	(742)	(2.368)	(3.925)
Variações 15,0%	1.643	(8.532)	(27.233)	(45.140)
Impacto no Resultado	72	(371)	(1.184)	(1.963)

continua

continuação

PANATLÂNTICA®

COMPANHIA ABERTA - C.N.P.J. 92.693.019/0001-89

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RAUL MASELLI
Presidente do Conselho

RINALDI MASELLI
LUIS FERNANDO B. MARTINEZ

GILDO GARCIA
ANGÉLICA MARIA DE QUEIROS

DIRETORIA

KARL ERNST STEPPE
GILÇO FERNANDES GONÇALVES

RICARDO GONZATTO SOARES
BARLAN ANTONIO DOS SANTOS JÚNIOR

AIRTON TEOBALDO HENZ
Contador CRC - RS 048.754/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Panatlântica S.A.
Gravataí - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Panatlântica S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Panatlântica S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos o assunto descrito a seguir como principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Reconhecimento de receita de vendas	Resposta da auditoria ao assunto
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.15, a Companhia reconhece as receitas de vendas quando satisfaz a obrigação de desempenho assumida junto aos seus clientes, o que ocorre, em geral, no momento da entrega dos produtos. Consideramos o reconhecimento de receita de vendas como um principal assunto de auditoria em razão do risco de reconhecimento prematuro das receitas, o qual poderia impactar de forma relevante o desempenho das operações da Companhia. Adicionalmente, esse processo envolve julgamentos e estimativas relevantes por parte da Administração, especialmente quanto à efetiva entrega dos produtos no encerramento do exercício.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram dentre outros: ▪ Entendimento do ambiente de controle internos relacionados ao processo de reconhecimento de receitas, bem como das premissas utilizadas pela Administração para o julgamento da entrega dos produtos ao final do exercício; ▪ Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia em relação aos requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes; ▪ Inspeção, por amostragem, dos documentos de vendas que comprovam a efetiva entrega dos produtos aos clientes; e; ▪ Avaliação das estimativas de entrega elaboradas pela Administração, com base na análise dos prazos médios apurados a partir dos comprovantes de entrega efetivamente realizados ao longo do exercício, com o objetivo de verificar a razoabilidade do adequado corte das receitas no encerramento exercício. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos que o reconhecimento das receitas de vendas é razoável, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes- As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram o relatório, em 27 de fevereiro de 2025, sem modificações sobre essas demonstrações contábeis. **Reapresentação das demonstrações contábeis comparativas -** O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da reapresentação das demonstrações contábeis comparativas descritos na Nota n° 03, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, em 27 de fevereiro de 2025. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembrode 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa n° 03, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2024, os quais foram executados de forma adequada. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2024 tomadas em conjunto. **Demonstrações do valor adicionado -** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ▪ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ▪ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. ▪ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ▪ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. ▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. ▪ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 26 de março de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 RS 005519/F-0
Márcio Silva
Contador CRC 1 RS 078817/O-2

ASCOL